



PORTUGAL DEMOCRATICO

ANO XIV — N.º 145 — S. PAULO, NOVEMBRO DE 1969 — REDAÇÃO: RUA LIBERO BADARÓ, 488 — 5.º ANDAR — SALA 50 — CAIXA POSTAL, 6248

A FARSA ELEITORAL

A ASSEMBLEIA DE M. CAETANO: 130 DEPUTADOS FASCISTAS

Terminou no passado domingo a encenação no nosso país de mais uma farsa eleitoral. O empresário, desta vez, pôs mais cuidado no cenário, renovou o guarda-roupa, contratou outros atores. Durante meses o tambor da publicidade anunciou aos quatro ventos que a peça seria diferente. Afinal, todos tiveram agora ocasião de comprovar que a mascarada foi a mesma de sempre. A burla começou com o recenseamento (em que figuravam 1.215.933 "eleitores" provenientes das "eleições" anteriores, 572.217 "inscritos oficialmente" pelo governo e apenas 27.998 que tiveram a coragem de requerer a inscrição e que foram aceites pelos serviços oficiais), prosseguiu durante a preparação da campanha (com agressões à paulada e à coronhada aos membros da Oposição, desde janeiro (Braga) até Outubro (invasão do C.D.E. em Lisboa e espancamento de dois destacados democratas), passando pela proibição de funcionamento das Comissões Promotoras de Voto e da abertura pela Oposição de postos de recenseamento, para terminar com a impossibilidade absoluta de fiscalização do ato eleitoral em muitos círculos. A oposição não conseguiu, em nenhum momento do processo, desfrutar da liberdade que seria indispensável à dignidade do ato: nem no período de organização do pleito, nem na fase de reunião e propaganda (em que não pôde, sem o controle da censura, utilizar a imprensa existente ou fundar novos jornais, publicar trabalhos, realizar assembleias e concentrações ao ar livre, ter acesso à rádio e à televisão), nem finalmente na etapa da fiscalização dos cadernos eleitorais e do próprio ato — votação, contagem e apuramento dos votos.

Apesar de tudo isto — ou talvez por causa de tudo isto — Marcelo Caetano não conseguiu apresentar mais do que um resultado irrisório para as suas forças: os votos que o regime logrou obter não chegam a 10% da população de Portugal... Mesmo em relação ao eleitorado, já em si paupérrimo — cerca de 1.800.000 votantes para uma população de mais de 9 milhões, ou seja menos de 20% — o resultado obtido pelos caetanistas deveria desanimá-los: os novecentos e tantos mil portugueses que, por adesão sincera ou para salvar o emprego, voluntariamente ou à força, sufragaram no Domingo as listas do Partido único, representam apenas cerca de 50% de um eleitorado já em si tão diminuto devido às barreiras que o regime sempre impôs ao recenseamento.

Poderá perguntar-se, perante êste panorama, por que razão a oposição democrática resolveu enfrentar essas barreiras, sabendo antecipadamente que não poderia derrubá-las e dando assim a impressão de que colaborava num processo cujas fraudes já conhecia.

A resposta a esta pergunta é fácil e clara: a Oposição portuguesa nunca encarou estas eleições, em si mesmas,

como um fim... Viu sempre nelas apenas uma etapa do árduo caminho que vem sendo percorrido para o restabelecimento da Democracia em Portugal. Em momento algum, nas diversas fases deste processo, os democratas portugueses se deixaram embair por ilusões legalistas: as eleições, para eles, nada mais foram do que uma possibilidade de estabelecer contactos, de estruturar, de organizar, de se exercitarem enfim para a luta final contra o regime. O período eleitoral foi portanto apenas uma ocasião para desfraldar as bandeiras políticas à sombra das quais sempre lutaram: liberdade de imprensa, de reunião, de associação; reconhecimento aos povos coloniais do direito à auto-determinação; elevação do nível de vida do nosso povo; acesso de todos os portugueses à instrução. E agora, que aparentemente tudo terminou, essas bandeiras não vão voltar a ser enroladas. Tudo indica que a luta prosseguirá, com redobrado esforço. As condições para o arranque final parece estarem reunidas. Terminaram definitivamente as ilusões liberalizantes com que alguns ainda queriam enganar-se. Devemos evidentemente esperar nova ofensiva demagógica, anunciada ou vagamente prometida por Marcelo Caetano durante a campanha: a concessão de uma "lei de imprensa" embora a Censura seja mantida enquanto durar a guerra no Ultramar...; a promulgação de uma "reforma universitária" (depois de ter agredido e preso estudantes em todo o país e sufocado qualquer movimento de reivindicação), a discussão da "autonomia administrativa das colónias" (com 150.000 homens em guerra contra os povos dessas mesmas colónias). A demagogia continuará portanto, estejamos certos. Mas ela apenas vai enganar os que já nasceram para ser enganados.

Se a Oposição, com tanta lucidez, participou do processo eleitoral não foi certamente para se deixar envolver por estas manobras. As possibilidades de ação que as "eleições" permitiram vão, a partir deste momento, ser devidamente aproveitadas. Para tanto, é necessário lutar firmemente para que se reconheça a existência, legal e permanente, não só dos organismos políticos da Oposição democrática mas também dos Sindicatos livres e das associações académicas. Simultaneamente a esta luta, outras serão sem duvida travadas: pela extinção total da censura, pela libertação dos presos políticos, pela concessão da independência aos povos coloniais, pelo atendimento da necessidades económicas mais prementes dos portugueses.

Agora que aparentemente tudo terminou, para os democratas tudo vai continuar. A Oposição não vai com certeza desmontar o palco. Ela vai simplesmente substituir a farsa das eleições caetanistas por uma peça bem séria: o levantamento de Portugal, pela Liberdade e pela Democracia. Ficou provado que não há solução pacífica.

No momento em que encerramos a nossa edição, os números provisórios divulgados pelo Ministério do Interior atribuem ao governo 86% dos votos emitidos e apenas 13% à oposição. Como era de esperar, as listas da União Nacional foram declaradas vencedoras em todos os círculos eleitorais, pelo que a nova Assembleia oferecerá o mesmo panorama da cessante. Os 130 deputados serão todos da União Nacional!

Apesar de Portugal, por força do recenseamento fascista, ter o menor eleitorado do mundo — apenas 19% dos cidadãos têm o direito de voto no Continente e menos de 2% nas Colónias — o governo sentiu-se na obrigação de recorrer aos processos tradicionais, impedindo uma fiscalização democrática do acto eleitoral. Registraram-se numerosos incidentes junto das mesas eleitorais, sendo incontáveis as irregularidades praticadas. A política de ameaças das autoridades fascistas teve ainda outro efeito: uma abstenção maciça. No Porto compareceram às urnas menos de 35% dos eleitores inscritos; em Lisboa cerca de 50%. No total a abstenção atingiu aproximadamente 40%, percentagem nunca atingida anteriormente, segundo as estatísticas oficiais. O facto, para o Governo, representa uma derrota tanto mais significativa quanto Marcelo Caetano, na ante-vespera da chamada às urnas havia afirmado enfaticamente que a abstenção era um acto de "traição à Pátria".

Outro aspecto muito importante do que se passou no dia 26 foi a desaprovação pública infligida pela nação aos elementos que impediram a Oposição de se apresentar unida perante o adversário.

Embora o governo de Caetano tivesse todo o interesse em colocar em posição privilegiada os candidatos da C.E.U.D., propensos ao diálogo e à política do possível, a marcha da campanha demonstrou a existência de um apoio popular tão forte aos candidatos da C.D.E. que o Ministério do Interior se viu na contingência de traduzir essa evidência nos números divulgados. Segundo os primeiros telegramas, a C.D.E. obteve mais do dobro dos votos da C.E.U.D. nos distritos de Lisboa, do Porto e de Braga, em que não houve lista única da Oposição: 44.745 para a C.D.E. e apenas 20.737 para a C. E. U. D.

Acima de tudo e desde já, importa extrair das "eleições" a grande lição que elas encerraram: a continuidade do regime, com Caetano. O sala-

(Continua na pág. 4)



O que o fascismo teme: o Povo nas ruas como em 1958.

O 5 de Outubro no Brasil

O 5 de Outubro, como em anos anteriores, constituiu uma grande jornada de confraternização entre os democratas portugueses do Brasil.

O almoço comemorativo, tradicional iniciativa do Centro Republicano Português de São Paulo, foi presidido pelo escritor Adolfo Casais Monteiro e a ele compareceram destacadas figuras da vida intelectual brasileira e cerca de uma centena de democratas portugueses.

Abrindo o acto, Casais Monteiro lamentou a ausência do presidente do Centro, comandante João Sarmiento Pimentel, que não pudera comparecer por motivo de força maior, motivo pelo qual o vice-presidente da entidade, Carlos Assunção Neves, lhe pediu para o substituir na presidência daquela reunião de anti-fascistas. A continuação de encontros como o que ali fizera

acorrer tantos portugueses — disse — significava que, após 43 anos de opressão, as idéias básicas sem as quais a dignidade humana não existe se mantêm vivas em Portugal, não obstante a violência de uma repressão feroz e sistemática. Não se comemorava apenas uma data. Os patriotas ali reunidos, manifestavam com a sua simples presença a sua tenacidade na luta e a sua confiança nos valores humanos contra todas as formas da tirania. Por isso mesmo, o 5 de Outubro era também uma demonstração de esperança, de fé no futuro. Seguidamente, deu a palavra ao prof. Antonio Candido de Mello e Sousa, professor de Teoria da Literatura na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, salientando que se tratava de uma das mais nobres figuras da intelligentsia brasileira.

samos dele. Eu brindo a Portugal livre e democrático, encarnado na ténpera da vossa constância".

O nosso companheiro de redacção Francisco Vidal, convi-

do pelo Centro Republicano Português para falar em nome dos democratas portugueses do Brasil, pronunciou depois, o seguinte discurso:

para os seus autores a prisão; por último a policia tem ordem para dispersar os que se reunirem — não sem antes, é evidente, prender alguns deles — pois o que verdadeiramente interessa é a manutenção do que o Estado Novo chama de ordem pública, a tão bem apelidada paz dos cemitérios, como muitas vezes assim tem sido chamada a tal ordem que se pretende manter em Portugal, uma ordem fundamentada apenas no medo da PIDE e nas consequências que traz para um chefe de família ver-se a braços com os esbirros daquela sucessora da Gestapo.

Falemos francamente. A Oposição tem alguma culpa do que acontece, pois acabou fornecendo armas à propaganda oficial pelo fato de a mesma não apre-

Francisco Vidal: O Importante é a Tomada de Consciencia

"Meus Amigos:

Nesta festiva comemoração do 5 de Outubro peço vênica para vos dirigir algumas palavras, que sendo necessariamente breves nem por isso exprimirão menos o estado de espirito de todos quantos aqui se encontram, unidos pelo mesmo ideal — o ideal democrático — há muito banido na nossa Pátria.

Uma noite escura desceu sobre Portugal a 28 de Maio de 1926, uma noite escura que ainda subsiste e que apesar da luta de todos nós, do sacrificio de muitos, da esperança da totalidade da Nação Portuguesa, ainda não terminou. E a noite terrível que também se abateu sobre outros países, hoje felizmente para eles já livres desse horrível anatema que consiste em amordagar um povo, cortar-lhe toda e qualquer liberdade, reduzi-lo à condição de escravo dos desejos — a maior parte das vezes inconscientes — de umas dúzias de "super-homens" que pretendem fazer acreditar ao País que a maneira como procedem é a melhor para a grei, que essa grei que eles aliás desprezavam e que julgam ser composta de incapazes, não compreende a verdade das coisas, por muito que ela lhes seja ocultada, por muito que lhe soneguem os meios de informação, por muito que a tenham reduzido à condição de inerte observador dos acontecimentos, dos destinos de uma Nação que, tendo tudo para ser grande pela qualidade dos seus homens, se vê, depois de mais de quatro décadas de poder absoluto, reduzida à infamante condição de ser a última na escala europeia, com o menor rendimento per capita, com a maior taxa de morbidade, mortalidade infantil e pela tuberculose e ainda com o mais elevado indice de analfabetismo.

Festejamos hoje o 59.º aniversário de uma data em que um grupo de verdadeiros idealistas, aos quais o nosso povo acompanhou em massa, baniu para sempre da nossa terra um sistema semi-feudal de governo, que caiu quase por si mesmo, pois caiu de pódre. Mal poderíamos imaginar nós, os da minha geração, aqueles que, felizmente, já nascemos na Republica, que alguns anos após esta lição de civismo dos homens que a proclamaram, procedendo de imediato a reformas que eram então verdadeiramente revolucionárias, levadas a cabo nalguns outros países só muitos anos depois e noutros ainda não executadas, outro sistema igualmente cego a todos os anseios do povo se instalara no poder para não mais querer deixa-lo.

Estamos hoje, meus amigos, pior que antes. O sistema de governo que rege os destinos da nossa Pátria e que parece não querer nunca mais deixar o poder que por ninguém, além dos próprios inventores do Estado Novo e do Corporativismo, lhes foi conferido, é sem dúvida alguma um dos mais retrógrados do mundo moderno. Baseado nas falsas premissas da manutenção de um império colonial de estrutura inteiramente obsoleta nos dias de hoje, condenado pela própria ONU que, apesar dos pesares, ainda representa a opinião da esmagadora maioria dos países, um império que apenas é mantido à custa do genocídio de populações inteiras, do sacrificio da nossa mocidade e se constitui num sorvedouro de dinheiro inavaliável, esse sistema de governo para conservar-se no poder recorre a todos os artificios e simulações, que na realidade já não podem enganar nem o menos avisado dos mortais.

Vamos ter eleições durante o mês corrente em Portugal. Eleições, em qualquer país que esteja livre do estigma da ditadura, representam a manifestação inteira, completa e sem ambigui-

dades da livre vontade de um povo. Aquelas que vão processar-se em Portugal, embora com nuances em certos detalhes diferentes das anteriores, graças ao maquiavelismo de um chefe de governo que, mais lúcido que o anterior, pretende que o mundo

Aos Candidatos da Oposição Democrática

Reunidos em São Paulo, em jornada de confraternização comemorativa do 59.º aniversário da Revolução Republicana de 5 de Outubro de 1910, os abaixo-assinados, democratas portugueses vindos de vários pontos do Brasil, saudam calorosamente todos os candidatos da oposição democrática e fazem votos para que, não obstante as inadmissíveis restrições impostas pelo Governo e que desvirtuam por completo o processo eleitoral, esses combatentes da liberdade consigam levar ao povo a mensagem da Democracia, mobilizando-o para a batalha contra o salazarismo sem Salazar. Embora antecipadamente certos de que a jornada do 26 de outubro ficará a assinalar mais uma fraude, os democratas portugueses do Brasil, solidários com a Plataforma Política aprovada por unanimidade em São Pedro de Muel, esperam que desta campanha saia um movimento sólidamente estruturado, capaz de enfrentar de modo permanente a ditadura, para conquistar a Democracia.

São Paulo, 5 de Outubro de 1969

Francisco Vidal, engenheiro e membro do Conselho de Redacção do Portugal Democrático; Adolfo Casais Monteiro, Professor Universitário e presidente do Ato; Carlos Neves, industrial e Presidente em exercicio do Centro Republicano Português; Francisco Sarmiento Pimentel, Oficial do exército e Tesoureiro do C. R. P.; Joaquim Jose industrial e secretário do C. R. P. Manuel Ferreira Moura, Técnico Industrial e diretor do C.R.P.; Manuel Soares, industrial e diretor do C. R. P.; João Rodrigues Rino publicitário e diretor do C. R. P.; Francisco Gomes, comerciante e diretor do C. R. P.; Joaquim Barradas de Carvalho, prof. universitário e membro do Conselho de Redacção do P. D.; Miguel Urbano Rodrigues, jornalista, e membro do Conselho de Redacção do P. D.; Helder Costa, secretário e membro do Conselho de Redacção do P. D.; Augusto Aragão, auditor e membro do Conselho de Redacção do P. D.; Vitor Ramos, Professor universitário e membro do Conselho de Redacção do P. D.; José Mário Bodas, operário e membro da U. D.P.; João Paulo Monteiro, professor universitário; Mercedes Soromenho, tradutora; Fernando Castro Soromenho, estudante; José Luis Antunes, comerciante; Janette Pereira, doméstica; Manuel Saraiva, contador e membro da U. D. P. Edgar Vasco Ribeiro, construtor; Maria Ribeiro, doméstica; Francisco José Sarmiento Pimentel, vendedor; Manuel Marujo, industrial; Helder Gomes, Técnico industrial; Josué Matias, secretário; Joaquim Marques, comerciante; Eduardo Neves, vendedor; João Costa, industrial; Isabel Brito, doméstica; Estrela Fernanda Mendes Rino, secretária; José Olhero, industrial; Antonio Alexandre, industrial; Isabel Mendes, Comerciante; Maria Irolinda de Jesus Roque, doméstica; Julia Mateus, doméstica; António Gonçalves, comerciante; João Ribeiro Mateus, motorista; e numerosas assinaturas ilegíveis.

julgue que o povo português já é livre de se manifestar, mesmo que seja contra as instituições vigentes, que são sagradas para ele e os que o acompanham, não enganam realmente ninguém. Estão proibidos comícios ao ar livre, o que significa que subsiste o medo de ver o povo nas ruas; tudo o que é escrito — e nem sabemos se também o que será dito — pelos candidatos da Oposição, terá de passar pelas malhas da censura, antes que o povo — que deveria ser soberano e é tratado como robot — tome conhecimento do que pretendem dizer-lhe os democratas que concorrem nos vários circuitos eleitorais; em recintos fechados tudo o que se disser e seja considerado como insulto ao governo ou tenha aparência de pregação subversiva — e qual não a é aos olhos da ditadura? — acarretará

sentar uma frente única, dentro daquela unidade aliás admiravelmente preconizada no encontro de São Pedro de Muel, a unidade que vimos pregando há muito e que raras vezes se efetivou, a unidade subordinada aos princípios do Movimento Democrático Eleitoral, mas que lamentavelmente falhou nalguns distritos, precisamente dos mais importantes do País. Assim mesmo, nós que hoje aqui nos reunimos para festejar um acontecimento da maior relevância, que não perdeu o seu valor apesar das circunstâncias, devemos manifestar publicamente a nossa confiança, louvando a sua coragem, aos que, contra todas as disposições draconianas da lei eleitoral portuguesa, se apresentam nos vários circuitos. Honra lhes seja feita pois se batem por uma causa per-

Antonio Candido: "Vossa Vitória se Aproxima"

Falando em nome dos democratas Brasileiros solidários com a luta do povo português, o prof. Antonio Candido proferiu o discurso que abaixo publicamos e que, no final, foi aplaudido, de pé, por todos os presentes.

"Meus senhores e amigos portugueses:

Quando se escrever a história da oposição portuguesa, interna e externa, causará espanto e admiração a extraordinária pertinácia dos seus militantes. Ela encarna a melhor tradição do passado, a dignidade contida do presente, a constante esperança do futuro, — porque é, em nossos dias, a manifestação mais nobre da velha tenacidade que permitiu a um povo, numericamente escasso, construir, unificar, defender e expandir uma nação gloriosa, ameaçada a cada instante na sua integridade e na sua independência.

Esta data de 5 de Outubro é o momento em que vos congregais para celebrar o ritual desta pertinácia, o ritual da "graça fidelidade", exaltada pelo poeta máximo. Estar convosco fraternalmente em tal hora é uma honra, para os brasileiros que participam de coração na vossa luta e convosco têm muito que aprender, para enfrentar os problemas da hora presente em seu próprio país. O nosso país, que é também vosso, é um dos frutos da vossa teimosia heroica, da vossa paciência, da vossa espantosa capacidade de congregar, fundir e manter.

Meus senhores e amigos portugueses:

Neste momento em que nos reunimos com a mente voltada para os mesmos ideais de democracia, desejo falar apenas desta qualidade do vosso caráter nacional, sem a qual se torna impossível compreender o fenómeno absolutamente único na história dos povos que é o destino de Portugal. Portugal, o único país pequeno que foi capaz de elaborar uma civilização própria, traçar uma fisionomia geográfica que ultrapassou um milênio transfundir em energia espiritual a modéstia dos recursos, transformar a terra com o seu impeto criador.

Viajando pelo vosso país, onde o brasileiro se encontra com quem retorna à casa dos pais, impressiona a quantidade das obras de arte e cultura que se concentra em espaço tão exiguo, brotando de aldeia a aldeia, de cidade a cidade, de um a outro castelo, nas várias camadas deixadas pelo tempo. As igrejas e capelas românicas que se vão buscar nos vales e nos povoados, tanto quanto nas cidades; os monumentos de um gótico que vai da austeridade cisterciense às mais complicadas rendas de pedra; a florada originalíssima do manuelino; a camada rutilante do barroco, — cobrem Portugal, surgem a cada passo e testemunham uma rara vontade de marcar a terra, construir, criar o espaço. E parece que esta concentração explica a difusão que fez expandir pelo mundo o gênio português, na ação e no trans-

plante da cultura. Só uma intensidade excepcional, um adensamento prodigioso em campo estreito, permitiria a um punhado de homens descobrir, civilizar e tingir um mundo com as suas cores. A marca dos portugueses é tão funda, tão essencial, que num país imenso como o Brasil, todos nós, não apenas descendentes de portugueses, mas de índios e africanos, de italianos, sírios, russos, alemães, japoneses, trazemos como princípio unificador, como misterioso princípio unificador, os instrumentos de base, que são vossos, desde a língua e os costumes, desde os símbolos e as melodias, até os modos imponderáveis de ser. Daí a singularidade do nosso e do vosso destino na América, tão bem expresso nos versos de Mário de Andrade:

A Espanha estilhaçou-se numa [poeira de nações americanas
Mas sobre o tronco sonoro da [língua do ao
Portugal reuniu vinte e duas or- [quideas desiguais.
Nós somos na terra o grande mi- [lagre do amor.

Este milagre poético é um feito da história e aponta para a força e a originalidade que decorrem da pertinácia. Pertinácia dos homens que saem para fazer o mundo, dos cidadãos que não se conformam com a tirania e não se habituam com ela, apesar do curso dos anos. Pertinácia dos estudantes de Coimbra, que enfrentam as estruturas seculares e abalam os seus fundamentos. Pertinácia dos que, podendo esquecer os problemas da sua pátria, no estrangeiro, se afixam a eles, deles fazendo o objeto da sua energia. Pertinácia dos portugueses inconformados, dentro e fora de Portugal, que me permite dizer, nesta hora, que os homens da oposição, como vós, e os que pensam como vós na mãe-pátria, representam o que há de mais nobre em vosso país. Por isso, a data de 5 de Outubro, comemorada com o espírito posto na República e na liberdade, no direito de votar e de discordar, é a data por excelência do mundo português.

E a verdade é que sois fortes, porque foi pelo fato de sentir a vossa tenacidade, que vos prometeram e depois negaram eleições livres; que vos acenaram com a liberdade e depois tomaram: todas as medidas para impedir que chegásseis efetivamente até ela, como sem dúvida chegareis. Embora não caiba a um estrangeiro, mesmo brasileiro, comentar em tal circunstância os vossos problemas, permiti uma simples reflexão: o drama eleitoral que se desenrola em vosso país é a prova mais certa de que o regime sente a sua fraqueza e conhece aonde pode chegar o impulso das oposições. Por isso, a vossa vitória se aproxima, e será devida, não a concessões, mas ao desdobramento da vossa vontade e da vossa força de caráter.

Meus senhores e amigos portugueses: é com admiração e respeito que aceitamos o vosso exemplo, agora que tanto preci-

Nolas e comentários

Caetano e Nogueira

O sr Franco Nogueira demitiu-se para, segundo ele próprio disse, poder falar mais livremente, durante a sua campanha para deputado. Esse gesto desencadeou uma onda de especulações sobre eventuais desinteligências na cúpula fascista. É possível que o sr Franco Nogueira aspire a a vôos mais altos e que o sr Marcelo Caetano não veja com bons olhos essas ambições. Mas o facto concreto é que justamente em relação à questão que se afirmava divididos - a política colonial - ambos manifestaram uma perfeita concordância de pontos de vista. O sr Marcelo Caetano passou a chefiar interinamente o Ministério dos Estrangeiros e defendeu o colonialismo com uma insistência mórbida e a guerra colonial com o fanatismo sombrio de um templário. O sr Nogueira transformou toda a sua campanha numa sustentação permanente da política colonial mais obscurantista, numa apologia dos crimes praticados em África pelo Exército português e numa ininterrupta série de diatribes contra as Nações Unidas, preconizando o isolamento internacional de Portugal.

Tantos e tão incríveis foram os disparates pronunciados nas últimas semanas pelo sr Nogueira que até aqueles que, não lhe vendo qualidades de carater, lhe reconheciam dotes intelectuais, se mostram hoje decepcionados. A entrevista exclusiva concedida ao "Diário de Notícias" assinalou o auge daquilo a que o saudoso escritor brasileiro Stanislaw Ponte Preta teria chamado um autentico "festival de besteiras". Logo no exórdio pretendeu comparar a luta do fascismo para "integrar" as populações das colónias ao combate dos que nos Estados Unidos se batem pela integração do negro à sociedade norte-americana, revelando com esse paralelo ridiculo uma crassa ignorância da história, da sociologia e da economia. Certo de que não poderia ser desmentido, pois a tanto a Censura se oporia. teve, logo depois, o descaro de afirmar que "ninguém sugeriu ainda que não fossem rigorosamente exactos e verdadeiros" os comunicados das Forças Armadas relativos à guerra colonial. Na sua opinião "tudo tem sido amplamente revelado". Um estranho "tudo"! Omitiu o sr Nogueira os incontáveis crimes que colocaram o colonialismo português no banco dos réus e explicam sucessivas condenações dos mais altos órgãos internacionais. Esqueceu-se de mencionar o incêndio de aldeias, o massacre colectivo de populações indefesas, as violações de mulheres e crianças dirigidas por oficiais, o suplício dos prisioneiros, o uso do napalm, do fósforo branco e das bombas de fragmentação. Quanto aos investimentos estrangeiros sustentou que nas "províncias ultramarinas" são "controlados por um governo firme e responsável", enquanto nos "países supostamente indepen-

dentos" dominam por completo a vida económica e política. Também aí o sr Nogueira, sempre arrogante, falou com a certeza de que ninguém seria autorizado a desmentilo. Olvidou apenas um pequeno pormenor. A própria imprensa portuguesa tem publicado várias vezes declarações dos dirigentes dos grandes monopólios internacionais estabelecidos em África, apresentando como ideal (para eles, claro) a política portuguesa em relação ao capital estrangeiro e lamentando-se pelas dificuldades que encontram em países como a Argélia, a Guiné, Tanzania, o Gongo-Brazza, o Sudão e outros encarados pelo sr Nogueira como "supostamente independentes".

O problema do estabelecimento de relações com outros países foi encarado pelo ex-ministro em termos igualmente irresponsáveis.

"Em que é que pode beneficiar Portugal — inquiriu numa boutade — o estabelecimento de relações políticas com o Nepal, ou o Afeganistão ou a Birmânia?"

Interrogado sobre as despesas da guerra colonial e as suas consequências no desenvolvimento da Metrópole procurou, inábilmente, confundir as coisas, acentuando que os gastos com a Defesa não ultrapassavam 13 milhões de contos (a bagatela de 450 milhões de dólares!) o que, afinal, correspondia apenas a 4 ou 5% do *produto nacional bruto*. Colaborando com o sr Nogueira, o reporter — o jornalista João Coito — misturou tudo e o Diário de Notícias, no dia seguinte reduzia de nove décimos o custo da guerra colonial, anunciando festivamente na primeira página em grandes parangonas que "as despesas com a Defesa não ultrapassam 5% do Orçamento do Estado Português", o que não prejudicava de modo algum "o desenvolvimento económico do espaço português".

Como é óbvio, a entrevista antológica do ex-ministro não pôde ser comentada na imprensa pelos candidatos da Oposição. Na sua ansia de superação, o sr Franco Nogueira viria, no entanto a ultrapassar tudo isso, nos últimos dias da campanha, quando defendeu a tese que Portugal não tem condições para sobreviver como nação independente sem as colónias. No clima de liberdade caetanista em que a Polícia declara desconhecer os seus agentes que agridem candidatos da Oposição, o sr Nogueira pôde sustentar essa monstruosidade sem ouvir a replica adequada. Os jornais não tiveram sequer oportunidade de recordar ao ministro fascista que já eramos uma nação multiseccular quando se iniciou a era dos grandes Descobrimientos e que estes só foram possíveis porque Portugal realizara antes uma revolução popular que foi a primeira do género em todo o Mundo.

A Unidade Que Defendemos

A posição do nosso jornal perante o problema da unidade é bem conhecida, pois tem

sido largamente exposta ao longo dos catorze anos da nossa existência. Entretanto, a farsa eleitoral que acaba de representar-se no nosso país veio tornar necessários alguns esclarecimentos quanto a este ponto. Como é do conhecimento geral, os democratas portugueses não conseguiram comparecer às urnas em três circunscções numa lista unitária: em Lisboa, Pôrto e Braga, a Oposição apresentou-se dividida em duas listas. Essa divisão, que representa um dos fenómenos mais importantes do período "eleitoral", merece uma explicação e uma tentativa de análise.

Na reunião de S. Pedro de Muel, que marcou o início da organização das forças oposicionistas com vistas às "eleições" e da qual participaram praticamente todas as correntes democráticas do nosso país, havia sido aprovado o concurso às urnas de "uma coligação de forças democráticas como o meio mais fecundo de servir os anseios do Povo Português". A evolução do processo levou o oportunismo de alguns a renegar este compromisso. Procurando obter vantagens separadas — que alias, como era de esperar, foram totalmente desmentidas pela realidade — alguns elementos de cúpula começaram a praticar uma política de discriminação, logo repudiada pelos que viam nesta actividade uma forma de desligamento das grandes massas populacionais. A Comissão Democrática Eleitoral de Lisboa, primeira a ser atingida pela manobra, publicou imediatamente um comunicado em que o problema foi apresentado de forma bem clara:

"Mais do que dizermos democratas, é essencial que pratiquemos a democracia entre nos.

Além disso, o nosso conceito de unidade significa a não discriminação efectiva entre democratas, a não rotulação e arregimentação atrás de bandeiras pseudo-partidárias, a não consideração de simples grupos sem qualquer contacto com as grandes massas populacionais nem a preocupação de fazê-las participar activamente no processo político: o nosso conceito de unidade não é de "unidade" entre grupos, ou seja, de mera coligação; o nosso conceito de unidade deriva da idéia de que essa unidade é a da massa populacional para quem nada significam os questiunculas dos "senhores doutores" a nossa concepção de unidade deriva da unidade real dos democratas deste País, entre os quais não existem divisionismos; a nossa concepção de unidade traduz-se muito simplesmente em reunir todas as pessoas que queiram lutar contra o Regime; sem discriminação, sem exclusivismos, e em perguntar a essas pessoas o que pretendem que se faça, quais os caminhos a prosseguir e segui-los corajosa e intrêpidamente, no cumprimento de um mandato, a base, nas comissões de freguesia, de concelho, de profissão, de mulheres e jovens, onde entra e é bem acolhido qualquer cidadão que seja democrata, sem necessidade de declinar qualquer filiação política ou sigla a que pertença; a nossa concepção de unidade não pode conduzir á simples utilização dos democratas como "mão-de-obra" para trabalhos materiais, para distribuir comunicados ou aplaudir os candidatos nas sessões de propa-

ganda. É tempo que se diga que o povo português já não acredita nesse tipo de actividade política, em que tudo lhe é apresentado como facto consumado e a ele lhe cabe apenas bater palmas."

Esta posição, tão bem expressa e que merece o nosso total endosso, permite compreender bem a questão. Verifica-se por estas palavras que a cisão não representa apenas de um momento da luta unida contra o fascismo.

Ela é reveladora de um fenómeno, aberrante quando visto à escala internacional, mas que o vazío da politica nacional desde 1926 permite compreender. Trata-se, afinal de contas, da ereção em principio político de uma ilusão que só os 43 anos de fascismo tornaram possível: o aparecimento de personalidades que se arvoram em chefes sem a existência das massas que dizem chefiar, a transformação da vida política da nação numa confabulação de individuos isolados, e visão dos problemas do nosso país através de óculos de curto alcance instalados nalguns escritórios de advocacia da rua do Ouro. Foi esta deformação da acção política que tornou manifestamente impossível a unidade nas "eleições". Não é portanto demais que nós, que sempre a defendemos intransigentemente, voltemos a explicitar o que entendemos por unidade. Para nós, ela nunca pode ser o fruto de conchavos entre elites sem base. A legalidade democrática, num país onde os partidos se acham es-

facelados pelo fascismo, não pode logicamente resultar de "acordos partidários". Tal forma da encarar o problema representaria a abertura das portas da vida política ao pior tipo de caudilhismo. Na falta de partidos surgiriam então abundantemente os pretensos líderes que afogariam os anseios populares num mar de retórica. Não é a unidade com este género de individuos que propugnamos. A unidade que sempre esteve no nosso espirito deve realizar-se pela participação nos organismos politicos de democratas representativos, sem distinção partidária ou ideológica, que respeitem rigorosamente as deliberações das maiorias. E esta democracia pela base, que deve sobrepor-se no actual momento politico nacional é chamada democracia de "tendências", será a única forma de se partir para a conquista dos direitos de que Portugal se acha privado.

A farsa eleitoral de 26 de Outubro teve portanto o enorme mérito de colocar o problema da unidade sob uma luz bem clara: a cisão das forças oposicionistas veio mostrar, esperamos que definitivamente, que a unidade só é possível, interessante e eficaz, quando realizada entre forças representativas das grandes massas populacionais. Na base de qualquer movimento democrático unitário nacional tem que se encontrar forçosamente o único elemento sem o qual não pode haver democracia no nosso país: o povo português.

O Nosso Depoimento

RUY LUIS GOMES e JOSE MORGADO

Em resposta ao inquérito "Qual o principal problema da Sociedade Portuguesa", realizado pelo jornal "Diário de Lisboa" nas vésperas da campanha "eleitoral", os profs. Ruy Luis Gomes e José Morgado enviaram áquele vespertino liberal o importante documento que abaixo publicamos.

Só agora pudemos ler o Diário de Lisboa de 15 de Agosto último e, por isso, só agora vimos responder ao inquérito "Qual o principal problema da Sociedade Portuguesa".

Antes de mais nada, desejamos felicitar o Diário de Lisboa pela iniciativa deste inquérito, embora, pelas circunstâncias em que é realizado, não possa proporcionar o debate livre que qualquer problema nacional exige.

Iniciar o debate, mesmo sob a censura, tem já um grande mérito, na medida em que é uma forma de a combater.

Não é esta a primeira vez, no decorrer destes largos 40 anos de vigência da censura, que o Diário de Lisboa toma uma iniciativa como esta. Afigura-se-nos, no entanto, que já há muito chegou o momento de a Imprensa Portuguesa ir mais longe — chegou o momento de a Imprensa Portuguesa ir mais longe rompendo definitivamente com a censura, recusando-se pura e simplesmente a submeter-se à sua apreciação prévia.

E, para essa atitude de dignidade e defesa profissional, não lhe faltará o apoio dos intelectuais, dos estudantes e trabalhadores portugueses, de todos os cidadãos que lutam pelas liberdades democráticas.

Não lhe faltará o apoio da imprensa livre portuguesa que se publica no estrangeiro e, muito especialmente, de LIBERDADE e PORTUGAL DEMOCRÁTICO.

São muitos e muito graves os problemas que afectam a Sociedade Portuguesa. Nas respostas que tivemos a oportunidade de

ler, do Dr. Melo e Castro e do Dr. Mário Soares, alude-se a uma série de problemas importantes, tais como, a Política da Educação e Juventude, Trabalho, emprego, problemas de mão-de-obra, Política de saúde e assistência, Movimentos da população — emigração, Preços e custo de vida, etc., citados pelo Dr. Melo e Castro, e o Problema da Liberdade, destacado, e muito bem, pelo Dr. Mário Soares.

Como se vê, não há falta de problemas. É bem verdade que quase todos os problemas apontados não são específicos da Sociedade Portuguesa. De facto em qualquer país existem problemas como aqueles. Mas uma coisa é citar problemas e outra coisa é promover a discussão popular dos problemas e tomar resoluções sobre eles sem permanentemente encontrar pela frente a censura, a PIDE e os Tribunais Plenários, isto é, sem encontrar pela frente o aparelho repressivo dos detentores do Poder.

Um problema específico da Sociedade Portuguesa é o das guerras contra os Povos da Guiné, Angola e Moçambique, mas este problema foi logo pôsto de lado, porque os detentores do Poder fazem a guerra mas não deixam discuti-la.

Outro problema específico da Sociedade Portuguesa, como sociedade europeia, é o problema da fome. Ainda recentemente, a FAO incluía Portugal no Mapa Mundial da Fome. Portugal é o único país da Europa incluído em

A Farsa Eleitoral de Caetano

(continuação da pág. 1)

zarismo sem Salazar é, como sempre sustentamos, uma realidade. Mas a batalha travada não foi inútil. Era preciso ir até às urnas para arrancar a máscara liberalizante a Caetano. Agora ficou provado, de modo insofismável, que não há solução pacífica para o problema português.

ELIMINAÇÃO DE CANDIDATOS

O primeiro facto que veio confirmar as denúncias da oposição democrática relativas às intenções do Governo de transformar as "eleições" numa farsa semelhante às anteriores foi a recusa da aceitação de numerosas candidaturas. No Continente, quatro candidatos foram considerados inelegíveis por "professarem ideais contrários aos princípios fundamentais da ordem social estabelecida", como se a Nação em péso não fosse incompatível com o fascismo. Eis os nomes desses patriotas: HUMBERTO SOEIRO, de Braga; FIRMINO MARTINS, de Lisboa; HUGO BLASCO CORREIA FERNANDES, de Santarém; e ALBERTO FERNANDES COSTA, de Leiria. Outro candidato, VICTOR SÁ, também de Braga, foi também recusado, com a alegação de que não residira em Portugal nos últimos cinco anos. Por outro lado, a escritora AGUSTINA BESSA LUIZ foi retirada da lista onde o seu nome figurava pelo facto de este haver sido riscado, não se sabe como, dos cadernos eleitorais.

Nas colónias, apesar de todos os esforços das forças democráticas, a Oposição não pôde participar da campanha em lado algum. Em Moçambique onde o movimento democrático local havia organizado uma lista, esta foi recusada em bloco, tendo as autoridades fascistas invocado o pretexto de que os candidatos não podiam provar de forma convincente a residência na "provincia" nos últimos cinco anos. O recurso apresentado ao Tribunal competente foi indeferido.

A repulsa da opinião pública ante a anulação de todas essas candidaturas democráticas foi geral. O argumento de que certos democratas eram incompatíveis, com a ordem social caetanista foi considerado tanto mais ridículo quanto ao longo da campanha, o próprio governo insistiu em que quase todos os candidatos da Oposição eram "subversivos".

No Continente, os candidatos recusados puderam ser substituídos em Moçambique não.

276 CANDIDATOS

As candidaturas aceites foram 276: 130 da União Nacional, 100 da CDE, 28 da C.E.U.D. 12 dos monárquicos independentes, e 6 dos fascistas dissidentes de Braga.

Teoricamente, de acordo com as reformas introduzidas na lei eleitoral, os candidatos e seus representantes deveriam ser admitidos a todas as operações do apuramento dos votos, fiscalizando-as diretamente. Não foi, porém, o que se verificou. Como era de esperar, as coisas passaram-se de modo diferente. Os presidentes de um numero incalculável de mesas agiram de modo arbitrário, praticando irregularidades de todo o género em prejuízo da Oposição.

Em Braga, ninguém levou a sério o grupo de ultras capitaneado por AMANDIO CÉSAR, energumeno muito ligado à PIDE e conhecido por haver chefiado agressões a presos políticos e provocado tumultos em Lisboa, contra companhias de teatro brasileiras.

Por outro lado, os monárquicos dissidentes de Lisboa, não obstan-

te criticarem vários aspectos da política interna do Governo, e terem comparecido a várias mesas redondas, confirmaram aquilo que já se sabia: a idéia da restauração da Monarquia, em Portugal, apenas desperta sorrisos entre o povo. Causou, no entanto, péssima impressão a defesa pelos candidatos monárquicos, embora tímida e confusa, de uma política colonialista.

FRANCO NOGUEIRA & CAETANO

A renúncia do ministro Franco Nogueira, apresentada na véspera do 5 de Outubro desencadeou uma onda de boatos, quando a televisão, enigmáticamente, informou que o titular dos Negócios Estrangeiros se demitira por "razões particulares". Como já vai sendo habitual nesses casos, os rumores sobre presumíveis desentendimentos entre Nogueira e Caetano partiram da própria area fascista e logo ecoaram nos setores da oposição dispostos à conciliação. A velha idéia de que Marcelo Caetano é o menor dos males voltou à baila, havendo opositoristas de direita que passaram a espalhar boatos de que os ultras estavam descontentes, pelo que uma política muito agressiva em relação a Caetano poderia desencadear a intervenção dos militares. Chegou-se ao ridículo de sustentar que as desinteligências entre Nogueira e o sucessor de Salazar seriam o resultado da política do chefe do governo em relação às colónias.

O discurso que Caetano pronunciou dias depois, ao tomar posse interinamente do cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros, pôs termo a essas especulações. O orador não se limitou a fazer o elogio entusiástico de Franco Nogueira: fez também uma inflamada profissão de fé colonialista, carregada de ameaças para todos aqueles que sustentam o direito à autodeterminação dos povos dos territórios ultramarinos sob ocupação portuguesa.

Desmentindo a opinião de um porta-voz da oposição de direita de que "haja profundas diferenças políticas entre Marcelo Caetano e Franco Nogueira" — opinião manifestada a um reporter da Asso-

ciated Press — parece muito provável que o presidente da nova "Assembleia Nacional" seja justamente o ex-ministro dos Negócios Estrangeiros.

As razões "particulares" de Franco Nogueira tornaram-se mais claras ao saber-se que havia sido nomeado por Caetano para administrador do Caminho de Ferro de Benguela. Uma choruda recompensa. É o destino de todos os ex-ministros fascistas: uma rendosa sinecura paga pelo povo!

A PARTICIPAÇÃO DOS ESTUDANTES DE COIMBRA

A participação dos estudantes ao longo de toda a campanha "eleitoral" foi muito importante. A juventude universitária mostrou estar maciçamente ao lado dos candidatos democráticos, comparecendo sempre em grande número aos comícios opositoristas e manifestando-se publicamente contra o fascismo e o colonialismo por todas as formas ao seu alcance.

Em Coimbra, logo nos primeiros dias da campanha, os estudantes que, na semana anterior, ao tentarem apoderar-se da sede da Associação Académica, haviam sustentado uma verdadeira batalha contra as forças repressivas, voltaram às ruas, numa manifestação de massa acolhida com simpatia pela população de toda a cidade. Nada menos de 3.000 alunos promoveram uma concentração na Cidade Universitária para protestar contra a política repressiva de Caetano e exigir a satisfação das suas legítimas reivindicações. A polícia e a PIDE intervieram com a maior violência, mas foram recebidas à pedrada, aos gritos de "Nazistas" e "Assassinos". Oito estudantes ficaram feridos, mas vários esbirros foram espancados, numa demonstração da admirável combatividade da massa estudantil.

A manifestação realizou-se depois de o reitor, Prof. Jorge Andrade Gouveia, ter negado autorização a uma assembleia convocada para discutir a suspensão dos líderes da Academia punidos após a visita de Tomás em abril passado.

Ambiguidades da C.E.U.D.

Ao longo de toda a campanha, o comportamento de vários candidatos da C.E.U.D. foi bastante contraditório. O sr. Mario Soares, fiel à política do possível, mostrou-se sempre favorável a uma solução pacífica do problema português. Embora denunciando o regime e defendendo o direito à autodeterminação dos povos das colónias, falou e agiu como se houvesse qualquer possibilidade de uma vitória da Oposição nas urnas. Dentro desse legalismo, teve a preocupação de estabelecer uma diferenciação entre o governo e os ultras, sugerindo a existencia entre as duas alas do fascismo de divergências tão fundas que poderiam forçar os social-democratas a mobilizar-se em defesa do status quo contra o perigo de um regime de coronéis modelado pelo figurino grego. Manifestou-se também o sr. Mario Soares favorável a uma permanência de Portugal no seio da OTAN, não obstante sugerir uma desmilitarização da mesma.

As ambiguidades do mais destacado dirigente da social-democracia teriam por força de repercutir nas fileiras do movimento. Foi o que aconteceu. Muitos candidatos da C.E.U.D. defenderam em relação a certos problemas fundamentais posições incompatíveis não apenas com os sentimentos da esmagadora maioria do povo português mas até mesmo com os princípios democráticos mais comezinhos. Foi o caso do dr. Francisco de Sousa Tavares. Pronunciando-se sobre a questão colonial, declarou, durante um colóquio realizado no Centro Republicano Fernando Botto Machado: "Nós não queremos demagogia, sabemos que há 400.000 brancos nas colónias de Africa e sabemos que não podemos abandonar esses homens. A solução do problema tem de passar pela desses homens" (o grifo é nosso). Eis uma linguagem que lembra estranhamente a dos Soustelle e dos Bidault durante a guerra da Argélia...

23 Milhões de Habitantes -- Apenas 2 Milhões de Eleitores

Com mais de 9 milhões de habitantes, Portugal tem, segundo os números oficiais do Ministério do Interior, 1.818.845 eleitores. É outro record negativo do fascismo. A percentagem, inferior a 20%, é a mais baixa do mundo. O distrito de Lisboa, com uma população de 1.460.000 habitantes, tem sómente 350.000 eleitores; o Porto, com 1.352.000 não excede os 207.000. Esse total de 1.818.845, constantemente citado nos documentos oficiais refere-se, bem entendido, apenas ao Continente e às ilhas adjacentes. Marcelo Caetano, sempre tão preocupado em fundir as "provincias ultramarinas" no espaço geográfico português, não gosta, em termos eleitorais, de apresentar estatísticas conjuntas. Isso porque nas colónias em 14 milhões de pessoas, menos de 200.000 figuram nos cadernos eleitorais. Com a peculiaridade de que essa minoria insignificante de cidadãos de pleno direito é formada quase exclusivamente de colonos brancos. Somadas as populações do Continente, das Ilhas e das Colónias obtemos um total de 23.000.000 de habitantes e um pouco menos de 2.000.000 de eleitores. De 20% a percentagem cai para 8,6%.

O leitor que faça as contas. Se aos milhões de portugueses e africanos maiores de 18 anos impedidos de votar somar os sufrágios obtidos pela Oposição, os votos anulados e em branco e o numero de abstenções, terá a medida exacta da derrota real e esmagadora sofrida pelo fascismo, derrota que o sr. Marcelo Caetano, mediante uma fraude cientificamente planejada, transformou numa vitória oficial.

VIOLENCIAS E HIPOCRISIA NO 5 DE OUTUBRO

Poucos dias antes da data marcada para o inicio da campanha o governo desmascarou-se ainda mais perante a opinião pública publicando, através do Ministério do Interior, um comunicado em que estabelecia as "normas" a serem observadas durante o período "eleitoral". Em primeiro lugar, os 30 dias prometidos foram reduzidos, pois, iniciando-se a campanha a 28 de Setembro e sendo proibida qualquer espécie de propaganda nas 48 horas anteriores ao dia 26, sobram apenas 26 dias. Entre as imposições governamentais figurou a proibição da realização de comícios nas ruas e praças públicas, num reflexo do temor fascista de ver as massas manifestarem a sua repulsa pelo regime, em grandes concentrações populares, como em 1958. O texto liberticida estabelecia também a obrigatoriedade de submeter à censura todo o material de propaganda da oposição, incluindo cartazes, faixas, programas e folhetos a distribuir entre o eleitorado. Outra proibição absurda — e que foi comentada jocosamente pela imprensa internacional — determinava que nenhum cidadão podia ser abordado na rua para efeitos de entrega de material de propaganda... Em tom ameaçador, o ministro do Interior advertiu igualmente os candidatos de que a Polícia tinha instruções para interromper os comícios em que fossem feitas afirmações consideradas (pela PIDE, claro) desrespeitosas para as autoridades constituídas ou tidas por subversivas, ou ainda perigosas para a segurança nacional.

Essa monstruosidade jurídica causou tamanha indignação no País e suscitou comentários tão desfavoráveis na imprensa internacional que o sr. Marcelo Caetano, fiel à sua política de avanços e recuos táticos, resolveu aproveitar a primeira oportunidade para se apresentar novamente mascarado de "liberalizador". O ensejo surgiu no 5 de Outubro. Ao contrário do que acontecia nos tempos de Salazar, o governo não ignorou a data: preferiu comemorá-la! Com a maior hipocrisia, Marcelo Caetano, acompanhado

de vários ministros, compareceu na Camara Municipal e presidiu à tradicional cerimonia do hasteamento da bandeira nacional, no local onde em 1910 foi proclamada a Republica, assistindo depois a um desfile militar comemorativo da efeméride. Simultaneamente o ministro da Marinha depositava uma coroa de flores no tumulo de Machado dos Santos, no Cemitério do Alto de São João.

As forças democráticas não se deixaram confundir por essas manobras do governo. A Oposição ignorou as cerimónias oficiais. A romagem tradicional aos tumulos dos pioneiros da Republica realizou-se depois da farsa governamental. Cerca de 5.000 democratas, tendo à frente o dr. Arlindo Vicente, da C.D.E., e o dr. Mario Soares, candidato da C.E.U.D. de Lisboa, concentraram-se no local, onde o último lembrou que ali se achavam todos para "exprimir a aversão geral ao fascismo e à opressão" e exigiu uma imediata amnistia para os presos e exilados políticos.

Como se esperava, o dia não terminou sem violências policiaes. A PSP não só confiscou os filmes dos actos realizados no cemitério — que mostravam o contraste entre a fria celebração oficial e a calorosa romagem da oposição — como espancou vários fotografos, entre os quais o enviado especial da revista alemã "Stern", Karl Anders. O correspondente do "New York Times", Marvin Howe, foi detido.

A multidão, à saída do cemitério, dispersou-se pacificamente.

Entretanto, uma manifestação de estudantes, formada à revelia das comissões promotoras do acto — não se exclui a hipótese de uma provocação policial — foi atacada pelas "forças da ordem" com cassetetes, jactos de água e cães. Vários jovens foram presos e espancados.

PLATAFORMA DA C.D.E. DE LISBOA

Na impossibilidade de publicarmos o resumo dos principais documentos divulgados durante a campanha pela oposição democrática inserimos abaixo algumas

(cont. na pág. 5)

AS POSIÇÕES ASSUMIDAS

(continuação da pág. 4)

passagens de alguns textos fundamentais: as plataformas dos candidatos da CDE de Lisboa e Porto e da CEUD de Lisboa. Um dos documentos que maior impacto causou no seio da opinião pública foi sem dúvida aquele em que a CDE de Lisboa sintetizou os princípios que norteariam os seus candidatos, se eleitos.

"Proibidas — afirma-se nele — como foram por despacho do ministro do Interior as Comissões Promotoras de Voto e as Comissões Democráticas Eleitorais existentes à data e a constituir; impedido o acesso da opinião democrática à imprensa diária e regional e bem assim à Rádio, Televisão e outros meios informativos; restringidos, como sempre, os mais elementares direitos de associação e reunião, por tudo isso, comprometeram-se irremediavelmente algumas das condições indispensáveis para a realização de um acto eleitoral sério e digno.

Entre continuidade e renovação (palavras que foram utilizadas, como sabemos pelo Dr. Marcello Caetano) verifica-se que o regime se mantém fiel à primeira alternativa.

O regime é o mesmo, na sua estrutura e na sua ideologia, tendo apenas a servi-lo uma nova equipa, que pretende activar a máquina burocrática e utilizar fórmulas mais eficazes de exercício do Poder.

Entretanto, o País defronta-se com a mais grave crise de toda a sua história.

Baixíssimo nível de vida das classes trabalhadoras e da maioria da população; atraso endémico no plano da instrução e da cultura; ausência das liberdades políticas ditas fundamentais — não há direito de associação, de reunião, de informação para o povo português; coarctação total do direito ao trabalho, pois este implica o reconhecimento do direito à greve e à liberdade sindical; isolamento no plano internacional — estes e tantos outros problemas são as premissas impostas ao nosso povo por um regime político ao fim de quarenta anos."

O documento enumera, a seguir, os princípios que norteariam os representantes da CDE de Lisboa se fossem eleitos para a Assembleia Nacional:

— exercício efectivo de todas as liberdades fundamentais, não apenas as estritamente políticas (direito de reunião, associação e livre expressão de pensamento), mas sobretudo as de carácter social (direito ao trabalho, direito à habitação, direito à instrução e à cultura, direito à dignidade social).

— combate aos monopólios e latifúndios e à penetração crescente do capital estrangeiro, a quem o Governo vem hipotecando as melhores riquezas do País;

— melhoria das condições de vida do povo, com base num processo de desenvolvimento em que as classes trabalhadoras participem no planeamento e controle da política económica e social da Nação;

— liberdade sindical, com o necessário reconhecimento do direito à greve;

— livre acesso a todos os graus de ensino, sem discriminação social;

— estabelecimento de relações diplomáticas e comerciais com todos os povos;

— em suma: combate a toda e qualquer forma de sujeição do nosso povo ao imperialismo e definição das grandes vias que podem e devem impelir o País para uma fase de verdadeiro progresso no plano económico, político e social."

A PROCLAMAÇÃO DA CDE DO PORTO

Numa longa proclamação dirigida ao eleitorado os candidatos pela CDE do Distrito do Porto acentuaram que se manteriam fiéis à Plataforma Comum da Oposição Democrática aprovada na histórica reunião de São Pedro de Muel, lembrando que ela "anuncia as reformas mínimas de que depende o nosso futuro."

Reproduzimos abaixo a conclusão do importante documento, que foi assinado pelos dez candidatos:

"Se formos eleitos, seremos, na próxima Assembleia Nacional constituinte, a voz dos que protestam sem compromissos contra arbitrariedades, violências e atropelos; de quantos amordaçados, não possam exprimir os seus pensamentos; dos que reclamam urgente resolução para os mais prementes problemas nacionais (e, à cabeça, o das guerras do Ultramar); e proporemos as reformas constitucionais democráticas indispensáveis. Exigiremos plena publicidade da vida política nacional e que a administração pública se faça às claras, publicando todos os organismos estaduais e para-estaduais e a União Nacional as suas contas, com a conveniente discriminação. Enfim, focaremos e desenvolveremos todos os pontos da nossa plataforma de candidatos. Fiéis aos princípios e ao eleitorado, manteremos constante ligação com o povo, ouvi-lo-emos e serviremos os seus interesses.

Como representantes do distrito do Porto, berço e baluarte das liberdades, pugnaremos pela atenção para os problemas dum distrito que é o segundo do país, em população e importância, mas que, apesar disso, tem sido votado a um ostensivo ostracismo; lutaremos pela resolução desses numerosos problemas, os da habitação, da indústria, da lavoura, das actividades piscatórias, dos transportes e comunicações, do ensino, da urbanização e tantos outros.

Vale a pena quebrar a rotina, o monolitismo e o conformismo das Assembleias Nacionais anteriores, tentando a experiência e pondo-a à prova. O país e o distrito, com a nossa eleição nada terão a perder e, bem pelo contrário, poderão ter muito a ganhar."

O MANIFESTO DA C.E.U.D. DE LISBOA

Do extenso manifesto endereçado ao povo do distrito de Lisboa pelos candidatos da C.E.U.D. extraímos a seguinte passagem:

"Não pode desconhecer-se que a Assembleia Nacional a eleger, por força da própria Constituição, tem poderes constituintes — e que estes a serem utilizados no sentido da democratização efectiva do regime, poderão assegurar ao País uma transição pacífica e, digamos normal, pela qual anseia, inequivocamente, a grande maioria do Povo Português.

Há dois aspectos fundamentais que reclamam uma solução constitucional e que pela sua transcendência não deviam ser apenas objecto da revisão da Assembleia Nacional. São eles:

— o esquema das relações organicas Metrópole-Ultramar na perspectiva de uma solução política negociada que conduza à paz tendo por base o respeito do princípio da autodeterminação;

— e a reconversão da experiência corporativa, uma vez que se reconheça como esgotada de todas as suas supostas virtualidades e se considere ser antagónica da evolução económica da Europa, á qual, por uma forma ou outra teremos que nos associar (sindica-

lismo livre, direito à greve cooperativismo, autogestão, etc.).

Ambos os pontos representam opções decisivas que condicionam toda a evolução da política e do desenvolvimento económico nacionais e determinam uma profunda reestruturação da nossa vida colectiva. Por isso, os signatários propõem que os dois aspectos referidos, depois de sujeitos a amplo debate, venham a ser resolvidos não por um só homem — ou mesmo por um grupo representativo de homens — mas pela Nação no seu conjunto, mediante uma consulta directa que poderia ter a forma de referendun.

No plano das reformas constitucionais os signatários, se forem eleitos para Assembleia Nacional, declaram-se desde já dispostos a lutar por:

a) que sejam revogados os parágrafos 2.º e 3.º do art. 8.º que anulam efectivamente, a pretexto de os regulamentar, os direitos, garantias e liberdades consignados no corpo do artigo;

b) que seja discutida e promulgada, com prioridade absoluta, uma Lei de Imprensa, nos termos, aliás, do art. 23 da Constituição (que nunca foi cumprido);

c) que seja modificado o sistema de eleição do presidente da Republica por forma a poder de novo ser eleito por sufrágio directo;

d) que a Assembleia se transforme no órgão legislativo por excelência (o que implica a revogação dos actuais artigos 92 e 109) para o que, necessariamente, deverá ser alargado, para além dos escassos 90 dias actuais, o prazo das suas sessões ordinárias;

e) que seja assegurada a perfeita independência dos diferentes poderes do Estado — com destaque para a independência do poder judicial — e o "contrôle" jurisdiccional da Administração;

f) que seja garantida a independência e a electividade total dos municípios (e das Juntas de Freguesia) por forma a poder retomar-se a velha tradição perdida com o Estado Novo do municipalismo, vera emanção da vontade livremente expressa dos municípios.

g) que seja promulgada uma nova Lei Eleitoral capaz de assegurar realmente a genuidade do sufrágio nos vários níveis, eleição directa do Chefe do Estado, dos membros da Assembleia Nacional e das juntas de freguesia;

h) que seja promulgada uma ampla amnistia que abranja não só os crimes políticos como os pretensamente sociais e que permita, no mais curto prazo, o regresso ao País de todos os exilados e a reintegração dos professores e funcionários demitidos por motivos de discriminação política;

i) que sejam revogados os decretos (aliás anticonstitucionais) que instituem os tribunais de excepção (como os Plenários Criminais) as famigeradas medidas de segurança e que asseguraram à PIDE e à Polícia Judiciária poderes exorbitantes na instrução de processos;

j) que sejam revogados todos os decretos que estabelecem formas de discriminação ideológica e nomeadamente os que se baselam em simples informações policiais da PIDE."

ADS: ABSTENÇÃO!

"Portugal Democrático" sempre condenou como contrária aos interesses do povo português a atitude das forças políticas que preconizaram a abstenção. Houve no entanto um grupo de individualidades, agrupado em torno da

(cont. na pág. 6)



IMAGEM DO REGIME: SALAZAR VOTANDO

O fascismo distribuiu profusamente esta foto, na tentativa vã de mostrar um Salazar lúcido e em vias de recuperação. Mas proibiu os jornalistas que abordaram o ex-ditador de lhe revelarem que foi exonerado. Por incrível que pareça, Salazar julga-se ainda um ditador todo poderoso, o dono de Portugal...

AS PROFISSÕES DOS CANDIDATOS

Na sua edição de 26 de Setembro, o semanário "Vida Mundial", de Lisboa, publicou um quadro com as profissões dos candidatos da oposição e da U.N. cujos nomes até então haviam sido confirmados. Pelo seu interesse reproduzimos esse documento, esclarecedor da representatividade das forças que se defrontaram. Ei-lo:

Profissões	Oposição	U.N.
Administrador de empresa	—	10
Advogado	48	5
Advogado	48	5
Agente técnico de engenharia	1	—
Arquiteto	3	1
Assistente Social	1	—
Auxiliar de enfermeira (parteira)	1	—
Controlador fabril	1	—
Dirigente corporativo	—	1
Economista	4	—
Educador infantil	1	—
Empregado bancário	1	—
Empregado de escritório	1	—
Engenheiro	2	1
Engenheiro agrónomo	3	1
Engenheiro civil	1	3
Engenheiro electrotécnico	1	1
Engenheiro de minas	1	2
Engenheiro químico	1	—
Escritor	6	1
Estudante	9	—
Ferroviário	1	—
Funcionário do Estado	—	1
Gerente	2	2
Historiador	1	—
Industrial	1	1
Investigador	1	—
Jornalista	4	—
Licenciado em Direito	1	—
Licenciado em Economia	—	1
Licenciado em Filosofia	1	—
Licenciado em História	1	—
Licenciado em Letras	3	1
Magistrado	—	1
Matemático	1	—
Mecânico electricista	1	—
Médico	6	4
Médico psiquiatra	1	—
Médico urologista	1	—
Médico veterinário	—	2
Oficial-general da Armada	1	1
Professor catedrático	3	1
Professor do ensino liceal	2	—
Professor do ensino livre	1	—
Professor do ensino secundário	—	2
Professor universitário	—	6
Regente agrícola	1	—
Técnico de contas	1	—

Como se verifica, entre os primeiros 49 candidatos da U.N. registados, havia 10 administradores de empresas, isto é mais de 20%. Entre a oposição nenhum. Entre os candidatos democráticos figuram 9 estudantes e representantes das classes trabalhadoras, tais como ferroviários, assistentes sociais, auxiliares de enfermagem, bancários, empregados de escritório, e técnicos de nível médio. Nenhuma dessas categorias profissionais estava representada na lista da U.N. Por outro a proporção de intelectuais era muito superior entre os opositoristas. O contraste é esclarecedor. A "Vida Mundial" não tirou conclusões. Mas elas entram pelos olhos adentro. Enquanto a lista da oposição era realmente representativa da sociedade portuguesa e da oposição ao fascismo da juventude, da inteligência e das classes trabalhadoras, a lista da U.N. reflectia claramente a política de traição nacional do governo Caetano. Os candidatos do "liberalizador" eram realmente os porta-vozes dos grandes monopólios, dos grandes bancos, dos interesses estrangeiros.

O PROBLEMA COLONIAL

(continuação da pág. 5)

Ação Democrato-Social que assumiu essa posição. Num manifesto aos eleitores, divulgado no dia 27 de Setembro, e que teve como primeiro signatário o eng. Cunha Leal, a ADS convidou os opositoristas a não comparecerem às urnas. Publicamos abaixo a parte final desse documento:

"A vitória dos candidatos governamentais, da qual ninguém duvida pelos motivos que deixámos expostos, será apesar de obtida em tais condições, a consagração do regime e a maior contribuição para a sua consolidação, interna e internacional. Por isso o Governo e o seu Chefe, responsáveis por elas depois da crise de Setembro do ano passado, desejam que os opositoristas vão às urnas. Não compreendem estes, que tal facto a todos impõe cautela e escrúpulos na decisão final a tomar?"

Desejamos que estas considerações cheguem ao conhecimento daqueles a quem se dirigem, (após seis meses de voluntário silêncio, durante os quais os acontecimentos confirmaram o acerto da nossa declaração de 12 de Março, em que aconselhamos a abstenção por entendermos que a alternativa desta seria uma forma de colaboração com o Governo) independentemente da sinceridade e das intenções dos que pensam de maneira diferente e agem em conformidade do seu pensamento.

Vai este documento subscrito por um número reduzido de representantes dos distritos aos quais se estende a nossa acção, dada a ausência de alguns e a demora e dificuldade de contactar com outros.

Estamos convencidos de que a grande maioria dos opositoristas se pudesse manifestar-se livremente o faria proclamando o seu desejo de uma abstenção digna e coerente. É o pensamento desses republicanos e democratas, que procuramos traduzir neste documento. Desejamos manifestar a todos a expressão do nosso apreço, sobretudo aqueles que com uma atitude corajosa e firme se conservaram inalteravelmente fiéis à nossa decisão, de recomendarmos a abstenção do próximo acto eleitoral, por ser a única forma de cumprirmos os seus deveres cívicos e corresponderem às responsabilidades políticas da oposição."

A "DEMOCRACIA" DE CAETANO

Os 26 dias da campanha eleitoral obrigaram o governo a arrancar a máscara "liberalizante", desmoralizando-se até mesmo perante os setores mais ingenuos da opinião pública que semanas antes se mostravam ainda crédulos em face de certas promessas demagógicas do chefe do governo. Pode-se dizer que, no final, ninguém tinha dúvidas sobre a hipocrisia profunda da demagogia caetanista.

Logo ao iniciar-se a campanha, o País compreendeu o que entendia o regime por "imparcialidade" diante das candidaturas em presença. A primeira entrevista da CDE, foi proibida e um encontro dos candidatos da C.E.U.D. de Lisboa com a imprensa foi abruptamente interrompido pela Polícia que afirmou ter ordens para suspender a reunião. Só depois de diligências do dr. Magalhães Godinho e de um telefonema ao Governador Civil o incidente foi sanado.

Era a confirmação de uma política discriminatória que se acentuaria dia a dia, numa repetição do que acontecia nos tempos de Salazar. A Censura, contra to-

das as garantias do Governo, não se limitou a proibir a publicação de discursos e intervenções relativos ao problema colonial. Reteve quase sempre os documentos da Oposição um, dois e tres dias, antes de autorizar a sua publicação, o que muitas vezes, por se tratar de respostas e esclarecimentos lhes tirou oportunidade, e suprimiu em média 40% — segundo informação da revista conservadora francesa "L'Express" — do material de propaganda dos candidatos democráticos submetido à sua aprovação. Muitas Comissões distritais tiveram os seus programas de tal forma mutilados que ficavam irreconhecíveis. Foi, por exemplo, o que aconteceu em Beja onde a Censura eliminou todas as referências à questão colonial (item 1) e cortou integralmente os itens do programa em que os candidatos se afirmavam dispostos a "lutar pela extinção da Censura e pela rápida promulgação de uma Lei de Imprensa" (2) e a "reivindicar a extinção dos tribunais plenários, a imediata dissolução da polícia política, a libertação de todos os presos políticos e bem assim o imediato regresso dos exilados e emigrados políticos". (3)

Logo no princípio da campanha, quando a atriz Maria Barroso, candidata pelo distrito de Santarém, abordou cautelosamente a questão colonial num comício — realizado em recinto fechado como todos os demais — foi chamada à PIDE e ameaçada.

Numa edição inteira do nosso jornal não caberia a simples enumeração das arbitrariedades cometidas pelas autoridades fascistas e das manobras intimidatórias por elas desencadeadas contra os candidatos democráticos.

Ferrovários em Greve

Numa clara demonstração do espírito de luta que anima as classes trabalhadoras, o fim da campanha foi assinalado por um desafio dos ferroviários ao governo fascista. A Comissão Nacional dos Ferrovários, depois de haver consultado amplamente as bases, decretou várias greves de uma hora que foram rigorosamente obedecidas. Nas oficinas do Barreiro e do Entroncamento o trabalho foi paralizado apesar das ameaças da Polícia. Por outro lado, em várias linhas dos

A imparcialidade caetanista traduziu-se bem na intensa utilização da Rádio e da Televisão pelas autoridades fascistas. É certo que os candidatos da U.N. não tiveram também acesso a esses meios de comunicação de massa, mas foram vantajosamente substituídos pelos ministros e subsecretários que inundaram o país de discursos, enaltecendo Caetano e o regime. Por outro lado — o que motivou protestos insistentes mas estereis dos elementos da Oposição — os redatores e locutores da Emissora Nacional e da Televisão receberam instruções para participar da campanha oficial, defendendo directa ou indirectamente as posições governamentais.

O velho problema do tipo de papel das listas só pôde ser ladeado após esforços muito grandes e mesmo assim de forma insatisfatória. Ao indeferir a reivindicação opositorista de que todas as listas fossem impressas na Im-

prensa Nacional, Marcelo Caetano favoreceu escandalosamente a U. N., na esperança de que a Oposição não pudesse mandar confeccionar cédulas idênticas às do partido único, o que desencadearia os mecanismos do medo. Tornou-se necessário vencer grandes dificuldades para obter papel igual ao das listas da U.N. impressas, ao que parece, em tipografia própria. Até ao último minuto, as autoridades fizeram o que estava ao seu alcance para impedir a Oposição de atingir o seu objetivo: assegurar que as listas não pudessem ser facilmente identificáveis.

O PROBLEMA COLONIAL: QUESTÃO CHAVE

Uma das armas com que o governo contava para se impor junto dos setores mais hesitantes da opinião pública acabou funcionando às avessas: a questão colonial. De tanto repetir que o povo português apoia firmemente a política colonialista, Marcelo Caetano e os seus ministros e, de modo geral toda a ménagerie fascista, acabaram acreditando naquilo que eles próprios viviam papagueando. Daí nasceu um erro tático muito grande. O governo abriu a campanha convidando os portugueses a optar entre aqueles que defendem o colonialismo e os que o combatem. A terminologia grandiloquente não impressionou uma Nação que principia a tomar consciência da tragédia da guerra colonial. Embora com imensas cautelas, Caetano admitiu que poderia deixar a Oposição abordar o tema candente. Para grande surpresa do clã fascista, a esmagadora maioria dos portugueses não se indignou diante das reivindica-

Dentro do estranho conceito de democracia do salazarismo sem Salazar, a questão da existência das bases militares estrangeiras em território português constituiu um dos tabus mais rigorosos da campanha. As poucas alusões que os candidatos fizeram ao tema não tiveram eco na imprensa, mercê da intervenção da Censura. Causou, no entanto, uma péssima impressão entre a opinião pública a atitude nada clara do candidato Mário Soares ao pronunciar-se de uma forma equívoca sobre a OTAN. Discorrendo sobre a permanência de Portugal no Pacto do Atlântico Norte, repudiada pela Nação, aquele dirigente da C. E.U.D. preconizou uma posição semelhante à da França, afirmando que "a OTAN deve ser uma aliança democrática e não uma aliança militarista" (sic), admitindo assim implicitamente que o famigerado instrumento de guerra fria, abominado pela consciência universal, possa interessar ao nosso país, feitas algumas ressalvas...

Ainda a propósito do problema colonial, o governo fez um alarido enorme ao tomar conhecimento de que a Suécia assumia publicamente a responsabilidade de ajudar, moral e materialmente, a FRELIMO e o PAIGC na sua luta libertadora. A manobra também não surtiu efeito e a "indignação" popular limitou-se às injúrias contra a Suécia e o seu governo diariamente alinhavadas no "Diário de Notícias", na "Voz" e no "Diário da Manhã" e aos disparates debitados pelos candidatos da U.N. Indignação, sim, causou um covarde atentado à bomba contra as instalações em Lisboa da firma sueca que produz os carros "Volvo", iniciativa de clara inspiração governamental.

O COMPORTAMENTO DA IMPRENSA

A forma como a imprensa se comportou ao longo da campanha também surpreendeu o governo. Embora contando com a adesão irrestrita dos dois maiores órgãos de informação, o "Diário de Notícias" — sob controle acionário da Caixa Geral dos Depósitos — e "O Seculo", Marcelo Caetano sofreu uma derrota inesperada ao verificar que jornais como o "Diário de Lisboa" e "A Capital", muito embora respeitando as rigorosíssimas normas impostas pela Censura, passaram a dedicar muito mais espaço aos comícios, entrevistas e documentos da Oposição do que às atividades e palavras dos candidatos da U.N. Assim procedendo, limitavam-se, aliás, a ser estritamente objetivos, pois, em média — como se prova pelos quadros estatísticos divulgados — a oposição realizou quatro a cinco vezes mais sessões de propaganda do que a U.N. Por outro lado, enquanto ninguém, fora do circo fascista, se interessava pela linguagem dos Tenelros e Franco Nogueiras, centenas de milhares de pessoas liam avidamente as declarações e os comunicados das Comissões e dos candidatos democráticos. Uma iniciativa do "Diário de Lisboa" — as Mesas Redondas — despertou um interesse excepcional, constituindo-se num fator de esclarecimento e de politização do cidadão comum. Nesses debates promovidos pelo tradicional vespertino participaram algumas das personalidades mais destacadas da intelligentsia portuguesa. Elementos da CDE, da CEUD, dos monarquicos, intelectuais sem intervenção directa no processo eleitoral, compareceram a essas Mesas Redondas, discu-

tindo democraticamente alguns dos problemas mais candentes da actualidade portuguesa. Entretanto, os figurões do regime negaram-se a participar nelas. Nem um só elemento da U.N. aceitou os convites e reptos que foram dirigidos ao regime. Temeram o confronto.

PALAVRAS DE FERREIRA DE CASTRO

Numa entrevista concedida à "Capital", no dia 18 de Outubro, o grande escritor Ferreira de Castro — o romancista português mais traduzido em todo o Mundo — declarou que se sentia integralmente solidário com a oposição democrática na sua luta contra o regime liberticida de Marcelo Caetano.

Ferreira de Castro, embora sendo um intelectual de firmes convicções democráticas, vinha-se mantendo à margem de todas as actividades políticas. Daí o impacto produzido pelas suas afirmações entre a opinião pública. O autor da "Selva" afirmou a sua certeza de que o povo de Portugal está com a Oposição, pois se mantém fiel ao seu amor à liberdade e à dignidade do homem.

"Quarenta anos de ditadura salazarista — disse — produziram um fenómeno curioso: temos todos medo — o povo da ditadura, a ditadura do povo". Condenando a guerra que o regime levou a cabo contra a intelligentsia portuguesa, Ferreira de Castro salientou que "sómente uma sociedade humana, justa e fraternal pode dar uma solução aos problemas actuais, em Portugal e em toda parte".

É certo que, muitas vezes, pela elevação e complexidade dos temas abordados, o debate não era acessível às camadas menos cultas da população. Talvez por isso, a Censura tolerou as mesas redondas. Essa mesma Censura que levou o seu obscurantismo ao ponto de proibir durante a campanha a publicação de uma entrevista sobre a Revolução Francesa, concedida em São Paulo pelo historiador francês Albert Soboul ao nosso companheiro Miguel Urbano Rodrigues...

AGRESSÕES A FRANCISCO MOURA E A URBANO T. RODRIGUES

No dia 15 de outubro, no momento em que a histeria da imprensa fascista atingia o auge, grupos da extrema-direita, empenhados em amedrontar os candidatos democráticos decidiram-se a agir no mais puro estilo nazi, praticando uma série de violências e agressões que indignaram a opinião pública.

A sede da CDE de Lisboa foi invadida por um bando de marginais com uniformes da Legião Portuguesa. Na altura encontrava-se ali um dos dirigentes mais dignos e combativos da Oposição, o prof. Francisco Pereira de Moura que foi insultado e agredido.

(cont. na pág. 7)

AGRESSÕES E AMEAÇAS FASCISTAS

(continuação da pág. 6)

Depois de destruírem os móveis, esvaziar as gavetas e pichar as paredes, os vândalos atacaram o prof. Francisco Moura, rasgando-lhe as roupas e cobrindo-lhe o rosto com cola e papéis. Os energúmenos — uns 18 — retiraram-se depois, proferindo ameaças e carregando com eles todo o material de propaganda que encontraram, incluindo os programas da CDE destinados ao eleitorado.

No mesmo dia, o escritor Urbano Tavares Rodrigues, candidato pela C.D.E. de Beja e que ao longo de toda a campanha se distinguiu pela extraordinária coragem com que se dirigiu aos camponeses sem terra do Sul, foi também covardemente agredido à saída de uma sessão de propaganda realizada no Teatro Vasco de Santana, em Lisboa. Foi assaltado quando se dirigia para o seu automóvel acompanhado por três senhoras. Era esperado por doze meliantes — entre os quais reconheceu alguns agentes da PIDE, que conhecera durante a sua última prisão — que principiaram por injuriar as senhoras. Urbano Tavares Rodrigues reagiu, sendo então atacado por parte do bando, enquanto outros elementos, de revólveres em punho, mantinham a distância vários democratas que acorreram em auxílio do escritor.

No dia seguinte, ao serem conhecidos os factos uma onda de indignação varreu o País. Inicialmente, o governo recuou, publicando uma nota condenando as agressões e dizendo-se disposto a punir os responsáveis. Ante os protestos da Imprensa e a calorosa solidariedade da opinião pública às vítimas, a União Nacional, o Governo Civil de Lisboa e o Ministério do Interior reprovaram também os atos vergonhosos dos activistas da extrema-direita. Mas a hipocrisia dessa atitude era patente. O simples facto de haver numerosos agentes da PIDE entre os agressores invalidou os esforços do sr. Marcelo Caetano para eximir o Governo de culpas. Aliás, tanto o Ministério da Justiça como o Governo Civil de Lisboa não tardaram a recuar, publicando notas ridículas e contraditórias em que procuravam diminuir a importância dos acontecimentos, como se nada de anormal houvesse ocorrido.

Entretanto, uma tal Frente de Salvação Nacional enviava aos jornais um comunicado reivindicando orgulhosamente a paternidade das agressões e ameaçando prosseguir na sua escalada de violência fascista.

Como era de esperar, a Polícia, até hoje, não encontrou um único dos agressores, apesar de os seus rostos patibulares serem conhecidos de inúmeros democratas que têm desfilado pelos cárceres e presidios da PIDE. Chamada pelo telefone pelo prof. Pereira de Moura, a polícia de segurança nem chegou a aparecer na sede da C.D.E. no dia da invasão...

Logo que souberam dos atentados do dia 15, os democratas portugueses do Brasil agrupados em torno da Unidade Democrática Portuguesa hipotecaram, por intermédio do "Diário de Lisboa" a sua calorosa solidariedade aos candidatos democraticos, manifestando a sua repulsa pelas agressões a Francisco Pereira de Moura e Urbano Tavares Rodrigues. Os danos causados na sede da CDE ascenderam a mais de 15.000 escudos.

AS AMEAÇAS DE CAETANO

No último dia da campanha, Marcelo Caetano dirigiu-se pela televisão ao País. Seu discurso foi um amontoado de vagas promes-

as e de ameaças precisas. Embora anunciando uma vitória esmagadora da U.N., esboçou um quadro dantesco das tragédias que se abateriam sobre o País se a Oposição vencesse — o que ele jamais deixaria — nas urnas. Para Caetano a opção colocada aos portugueses era entre os candidatos governamentais e o espectro da guerra civil, uma revolução catastrófica...

O importante na sua arenga não foram no entanto, essas tiradas retóricas, no estilo do mestre de Santa Comba. Nesse discurso sombrio e nada "liberalizador", Caetano foi lembrando que a "eleição" da nova Assembleia significará a volta ao monolitismo político. Numa violenta catilinária contra a Oposição deixou claro que o papel dos elementos agrupados nas Comissões eleitorais terminou no dia 26. Por outro lado desiludiu os 100 jornalistas que dias antes haviam endereçado uma petição solicitando a eliminação da Censura prévia. Caetano não deixou a menor dúvida de que tudo continuará na mesma. A próxima Assembleia apreciará e votará o tão falado projeto de Lei de Imprensa que extinguirá a Censura. Simplesmente, o sistema de Censura prévia será mantido enquanto houver guerra nas colónias. Em outras palavras: a Censura viverá tanto quanto o fascismo.

Dirigindo-se às classes trabalhadoras, Caetano foi menos cinico mas igualmente ameaçador: disse-lhes claramente que enquanto estiver no poder não será reconhecido em Portugal o direito de greve.

Allás, logo que, na sexta-feira 24, foi proibida a propaganda eleitoral, os jornais receberam severas instruções no velho estilo salazarista e os actos de intimidação das autoridades assumiram em todo o País grande amplitude. A oposição foi às urnas no cumprimento de uma linha de acção política correcta, mas sabia que as cartas estavam marcadas. Houve, entretanto um distrito onde as arbitrariedades e ameaças atingiram um ponto tal que os candidatos democraticos decidiram retirar, à última hora, as suas candidaturas: o de Bragança. Sem um minimo de garantias relativamente à fiscalização das mesas eleitorais, os quatro candidatos do distrito retiraram-se, expondo as suas razões num breve comunicado.

Na véspera das eleições a atmosfera em Lisboa nada tinha de democrática. Numa longa cronica enviada ao "New York Times", o correspondente em Lisboa daquele jornal conservador escreveu:

"As medidas oficiais de controlo eram de tal forma rígidas, que seria difícil para um observador, que não lê o noticiário da imprensa, compreender que o país se encontrava em meio a uma campanha nacional.

As convenções políticas foram proibidas e os candidatos tiveram que ser escolhidos sigilosamente. Toda a campanha externa foi proibida, e os edificios públicos não podiam ser utilizados pela oposição, embora o Partido de União Nacional tenha desrespeitado essa norma repetidas vezes. O rádio e a televisão estatais também estiveram fora do alcance dos candidatos para a campanha eleitoral.

As reuniões em edificios particulares deveriam ser autorizadas com 48 horas de antecedência da data de realização. Os policiaes e funcionarios da administração tinham poder discricionario para acabar com qualquer reunião considerada de incitamento á subversão, indisciplina, resistencia, que envolvesse insultos á autoridade e outras infrações. Todo o mate-

rial impresso utilizado na campanha devia receber aprovação oficial e trazer o nome do editor e impressor."

O jornalista norte-americano não exagera. "Portugal Democrático" dedicará algumas páginas da sua próxima edição a publicação de trechos de reportagens da imprensa internacional sobre as "eleições de Caetano". Muitas dessas reportagens custaram caro aos seus autores. Houve numerosos jornalistas estrangeiros presos e espancados. O "liberalizador" não aprecia que no estrangeiro se diga a verdade sobre os seus metodos de governo e sobre as suas concepções eleitorais. Prova disso temo-la na expulsão dos observadores enviados a Portugal pela Internacional Socialista. Uma delegação chefiada por Hans Janitschek, secretário geral do organismo, pretendia assistir às "eleições" de 26 de outubro. Dela faziam parte dois italianos, um sueco, um inglês, um irlandês e um suíço. Detidos por agentes

da PIDE, que responderam com gargalhadas às suas perguntas, foram sumariamente expulsos depois de ouvirem algumas grosseiras dos esbirros de Silva Pais e Schetti, porta-vozes — esses sim — autenticos do governo "liberal" de Marcelo Caetano.

A IMPRENSA MUNDIAL COMENTA

Os resultados das "eleições" não impressionaram a imprensa estrangeira. Eram inevitáveis, como salientou irónicamente o "Jornal do Brasil", do Rio de Janeiro. A farsa estava montada.

O "Morgenbladet", de Oslo, escreveu que "os resultados das eleições em Portugal indicam que Marcelo Caetano continuará trilhando os mesmos caminhos do seu antecessor, Oliveira Salazar".

O "Estado de S. Paulo" encerrou o seu editorial com

uma pergunta: "Que dizer de Portugal, da sua riqueza, do seu desenvolvimento, da sua segurança, neste último trimestre de 1969, depois desse quase ofício de trevas que foi o acto eleitoral de domingo, irrisório pela encenação, mas profundamente melancólico pelas consequências que nos deixa entrever?"

A Agencia "Tass" classificou as eleições de "deboche". O "Frankfurter Rundschau", da Alemanha Ocidental, disse que "as eleições portuguesas foram uma peça teatral bem montada".

O "Jornal da Tarde", de São Paulo, salientou que "apesar da alegada boa vontade do sr. Marcelo Caetano, as eleições de ontem não passaram de uma farsa, como farsa foram todas as eleições realizadas durante o reinado de Salazar".

DEMOCRACIA E FASCISMO

* Na C.D.E nem há "dirigentes" que imponham concepções pre-construídas das bases, nem há bases que anárquicamente exijam a inclusão, num qualquer programa do somatório das reivindicações parcelares e desintegradas de cada indivíduo que as compõe. Há, sim, uma discussão organizada, permanente, e a todos os níveis, das melhores formas de expressão e acção política, com base em documentos de trabalho constantemente melhorados pelo desenvolvimento do próprio processo" — João Benard da Costa, da Comissão Política da CDE.

* "A esmagadora maioria do nosso povo não deixará, no momento próprio, de se decidir pela grandeza e eternidade da Pátria, aliando-se, assim, ao Governo e ao pensamento do Venerando Chefe do Estado, grande condutor dos destinos da Nação Portuguesa que, com tão elevada dignidade, e tão grande apurmo, tem sido o chefe Supremo de todos os que, sem distinção de cores e raças, nasceram neste país de Aquem e Além Mar — Henrique Tenreiro.

* "Julgo ser já tempo de se tentar que Portugal pertença a todos os portugueses" — Ferreira de Castro.

* "O alvo a atingir é esse homem genial que a doença roubou à governação e que em São Bento vive de recordações" — Casal Ribeiro, candidato da U.N.

* "Por que não é a cortiça manufacturada em Portugal? Não há tantos braços a espera de trabalho?" — Alvaro Monteiro Ribefro, C.D.E. de Setubal.

* (O país) sabe que no Ultramar não declaramos nem fazemos guerras, mas apenas sustentamos as operações de policia militar necessárias á segurança de populações que querem continuar a ser portuguesas" — Marcelo Caetano.

* "Não pediremos ao Governo que nos dê liberdade; havemos de construir a nossa própria liberdade. Não precisamos de copiar;

saberemos construir o nosso próprio socialismo." — Vitor Wengorovius, candidato da CDE de Lisboa.

* "As Forças Armadas não permitirão que as paixões partidárias demagógicas venham a alterar a tranquilidade dos portugueses" — general Venancio Deslandes, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas.

* "Neste país e neste momento histórico, o problema fundamental que temos de formular é precisamente o da instauração da democracia, ou seja, a conquista do Poder pelas forças democráticas". Do manifesto da C. D. E. de Lisboa.

* "No meu entender, o primeiro requisito para a reestruturação da politica nacional é aquilo a que poderemos chamar com propriedade a "des-salarização do país" — Armando Baccelar, candidato da CDE do Porto.

* "A paz, através de negociações políticas com os movimentos nacionalistas africanos, e o reconhecimento do direito á autodeterminação, como via para uma independência justa que acatele necessariamente os interesses dos portugueses radicados nesses territorios ultramarinos. Creio ser esta uma solução patriótica, direi mesmo a mais patriótica das soluções, e sem duvida a mais humana" — Urbano Tavares Rodrigues, candidato da CDE de Beja.

* Rejeitando enérgicamente a via revolucionária, defendida directa ou indirectamente pela Oposição a União Nacional preconiza o adequado processo de reformas" — prof. Almeida Garrett, candidato da U.N.

* "A luta contra o colonialismo é uma exigencia indeclinável da luta democrática, não apenas por razões evidentes do direito dos povos a autodeterminação, mas porque o arrestartar-se da situação reforça as posições reacionárias em Portugal" — Sottomayor Cardia, candidato da CDE de Lisboa.

* "Quem indubitavelmente vai ganhar as eleições -

fácil prognóstico — é, com a sua enorme popularidade e com o seu extraordinário poder de simpatia, o prof. Marcelo Caetano" — Dutra Faria, director da ANI.

* "Propor, por exemplo, uma generalização, pelo menos em certos ramos de actividade, da participação dos lucros das empresas, parece-me um exemplo tipico da proposta anestésicante, sossega-se a classe trabalhadora, perde capacidade reivindicativa, fica satisfeita durante um tempo, trabalhadores transformam-se aos poucos em burgueses. Em contrapartida, lutar pela liberdade e autenticidade sindical, que os trabalhadores aprendam a ver, a discutir, e a ter poder de deliberação sobre os seus problemas, e a conseguir certas conquistas, isto parece-me um exemplo de proposta francamente positiva" — Prof. Francisco Pereira de Moura, candidato da CDE, de Lisboa.

* "Saibamos permanecer unidos contra os estrangeiros de fora e os estrangeiros de dentro. Quanto áqueles já lhes vai faltando o folgo para a gritaria. Quanto a estes que são poucos mas que de facto berram muito tambem lá virá, e muito em breve, a sua vez. "A Voz".

* "Já lá vai o tempo em que havia uma força á volta de um homem que se chamava Salazar. Agora há pressões que se exercem sobre várias figuras do regime. O povo português deve aproveitar este momento para, em unísono, impor a sua vontade de liberdade". Lino Neto, candidato da CDE de Santarém.

* "Contribuir em suma, por pouco que seja, para induzir o Povo a pensar por si próprio, a inteirar-se da responsabilidade que lhe pertence na edificação do seu destino, e dos perigos imensos que nascem de se esquecer ou de enjeitar tal responsabilidade eis o nosso desejo mais ardente" — Prof. Henrique de Barros, C.D.E. de Coimbra.

As Comemorações do 5 de Outubro

(Continuação da pág. 2)

dida de antemão mas que, mesmo assim e arrostando todos os perigos, pretendem dizer a verdade ao povo, pô-lo ao corrente da calamitosa situação nacional, a guerra colonial, as bases estrangeiras, verdadeiros quistos implantados em território nacional, etc. Não há, penso, a menor possibilidade de vitória em eleições antecipadamente fraudadas pois as mesmas se realizam num clima em que as regras do jogo há muito estão já fixadas, onde as cartas são marcadas e todos os trunfos estão nas mãos dos donos do poder. O importante porém não é pensar em ganhar as eleições, o que, todos o sabemos, seria impossível em situação de tal natureza; o importante é que o povo, depois de tantos anos de aferrolhamento das idéias e do pensamento, saiba alguma coisa — embora com o filtro da censura — e venha realmente a ter consciência do que se está fazendo na nossa terra e que, a curto ou a longo prazo, poderá levar a nossa Pátria a um bôco sem saída.

Meus Amigos:

Já se perguntaram quantos de nós reveremos Portugal? Quantos dos que aqui se encontram, proscritos, tratados como traidores, considerados como portugueses de segunda ordem, poderão de novo olhar os verdes campos da nossa terra, contemplar o suave correr do riachos, percorrer os velhos caminhos das aldeias, sem sentir em tudo e em todos o medo da polícia, a onipresença e a onipotência da PIDE? Será que por sermos democratas, por desejarmos para o nosso País um futuro digno dele, um futuro que seria apenas, na idade moderna, a continuação daquilo que nos legaram os nossos avoengos, será que por isso, por sermos sinceros e leais, por sermos patriotas pois o patriotismo não é monopólio de ninguém, devemos sofrer para todo o sempre o estigma do exílio que, embora atenuado por nos encontrarmos num país amigo, onde o povo é bom como nenhum outro no mundo, não deixa apesar disso de ser um exílio, que nos não permite ao menos visitar a Pátria sem sermos perseguidos, presos, talvez assassinados, certamente de novo exilados? E os nossos irmãos que vivem em países de menor hospitalidade que o Brasil, onde nos não sentimos estrangeiros, aqueles que penam suas mágoas e sua saudade por terras que os seus não têm a menor afinidade, que desejariam, também, ser úteis à Pátria, nela vivendo, participando dos destinos da Nação, como cidadãos livres que pretendem ser e que apenas o são pela metade, pois se é verdade que se sentem livres nas terras que tão generosamente os acolheram não o podem ser na sua própria Pátria? Seremos todos nós menos portugueses que aqueles que há tantos decênios detêm o poder e pretendem mantê-lo nas mãos custe o que custar?

Não devo alongar-me mais. Todos quantos aqui se encontram conhecem o problema tão bem como nós e todos sentem na própria carne as agruras de um banimento que nos pesa há longos anos. Não nos fixemos em esperanças vãs, que nada mais são que ilusórias. As eleições que vão realizar-se em Portugal nada mais representam que "o manto diáfano da fantasia sobre a nudez forte da verdade", e a verdade é que a União Nacional as vai ganhar, embora a maneira salazarista. Nem por isso devemos esmorecer na nossa luta que é, acredito eu e acreditamos todos nós, a luta de todo um povo contra obsoletas e arcaicas instituições oligárquicas. Continuemos a pensar que Portugal voltará um dia ao concerto das nações com a sua verdadeira personalidade, a personalidade que já mereceu o respeito do mundo, a personalidade de um povo que, embora parecendo adormecido, em breve acordará para escorraçar para sempre de sua terra os demagogos que a dominam a ferro e fogo há tanto tempo. Mantenhamos, viva e perene, a esperança de melhores dias, melhores dias que infelizmente uma parte de nós não verá mas que, inevitavelmente, vão chegar. Unámonos para que esse dia chegue no mais curto prazo possível. O dia da Liberdade, aquela Liberdade

que nos é tão querida e que, hoje como noutras ocasiões, é a razão de estarmos aqui reunidos. E já que estamos aqui peço aos portugueses presentes que subscrevam: se com ela concordarem — uma moção saudando os candidatos da Oposição Democrática, que tomei a liberdade de assinar em primeiro lugar."

Francisco Vidal procedeu seguidamente à leitura da saudação aos Candidatos da Oposição Democrática que publicamos noutro lugar. Aplaudido de pé com entusiasmo, o nosso companheiro fez circular o documento, que foi assinado por todos os portugueses presentes.

TELEGRAMA A TOMAS: AMNISTIA!

O secretário do Centro Republicano, Joaquim José, leu um volumoso expediente entre o qual figurava o seguinte telegrama, enviando do Recife pelos profs Ruy Luiz Gomes e Jose Morgado:

"Em nome democratas portugueses do Recife saudamos companheiros de São Paulo com o pensamento no combate do povo português neste 59.º aniversário da Revolução de 1910."

Foram também recebidos telegramas dos democratas portugueses da Guanabara, de Julio Duarte, pelos democratas portugueses de Londrina, e de outros pontos do Brasil.

A assistência aprovou por aclamação o envio do seguinte telegrama ao "presidente" Americo Tomás: "Democratas portugueses e brasileiros reunidos São Paulo comemoração 5 de Outubro reclamam amnistia geral presos e exilados políticos e fim imediato violenta repressão estudantes Coimbra." O telegrama foi assinado pelo presidente em exercício do Centro Republicano, Carlos Assumpção Neves.

O Conselho de Redação do Portugal Democrático telegrafou ao comandante Oliveira Pio, manifestando a sua confiança na próxima vitória do povo português, na conquista da paz e da Democracia.

EXORTAÇÃO DE CASAIS MONTEIRO

Antes de encerrar o acto, Adolfo Casais Monteiro dirigiu uma saudação especial à viúva do ex-prefeito de São Paulo, D. Maria Prestes Maia, portuguesa de nascimento e anti-fascista de sempre, e ao presidente do Centro Democrático Espanhol, J. Vendrell. Por último, numa vibrante afirmação dos seus sentimentos democráticos, fez algumas breves considerações sobre o processo "eleitoral", para condenar o abstencionismo e a expectativa dos pusilânimes, declarando que o importante era a mobilização popular e que havia motivos para se confiar no povo português e no seu espírito de luta.

NO RIO DE JANEIRO

Em jornada de confraternização promovida pela filial do Centro Republicano Portugues, os democratas portugueses do Rio de Janeiro reuniram-se também para comemorar o 5 de outubro.

Não tendo podido comparecer, o comandante Oliveira Pio enviou um telegrama fazendo votos pela "restauração de República e de todas as liberdades públicas."

Coube ao escritor Luiz da Veiga Leitão sublinhar a importância histórica da data comemorada, exaltando-lhe o significado num momento em que, em Portugal, os candidatos democráticos se empenham na luta pelo restabelecimento das liberdades que em outubro de 1910 haviam mobilizado o povo português. Nas palavras de Veiga Leitão ficou expressa a participação do povo na concretização do movimento revolucionário e a posterior asfixia deste, em 1926, que veio subjugar as manifestações da vontade popular. Falou depois, o escritor Roberto das Neves que destacou de modo especial a influência do pensamento de Antero de Quental na formação da geração que fez o 5 de Outubro e nas que se lhe seguiram. Luiz Catarino, em breve intervenção, aludiu aos 23 anos sofridos nos presídios fascistas. O nosso companheiro de trabalho Eugénio Mercês e o capitão Manuel Pedroso aludiram à importância do papel desempenhado pelo nosso jornal e pelo Centro Republicano na defesa dos ideais democráticos e na luta pelo restabe-

lecimento da democracia em Portugal. Ao terminar, Manuel Pedroso fez um apelo à união de todos os anti-fascistas portugueses em torno do Centro Republicano. A Jornada findou com a leitura do poema "Trova do Emigrante", de Manuel Alegre, feita por Antonio Teles.

MENSAGEM AOS CANDIDATOS DEMOCRATICOS

Publicamos abaixo o texto da Mensagem, aprovada por aclamação, que foi enviada aos candidatos da Oposição Democrática:

"Democratas portugueses radicados no Rio de Janeiro, reunidos em comemoração da data histórica de 5 de Outubro, promovida pelo Centro Republicano Português desta cidade, e sentindo a deplorável imagem que de Portugal se tem no exterior, principalmente associada a idéias de censura, de iniquidades eleitorais praticadas pelo Governo, de guerras coloniais e de atraso socio-económico da população, transmitem aos candidatos a deputado pela Oposição Democrática a sua confiança na acção em que estão empenhados pelo restabelecimento da Democracia em Portugal." Rio de Janeiro, 5 de Outubro de 1969

aa) Comandante Francisco de Oliveira Pio, capitão Manuel Pedroso, Armando Correia de Magalhães, Manuel Neto, Veiga Leitão, Roberto das Neves, Francisco Catarino, Antonio Tavares, João Luiz Correia, Eugénio Mercês, Carlos Manuel Mercês, Jose Plácido, Jose Valverde Alette Mercês, João Mota, Carlos de Almeida, Primavera das Neves, Lucília R. Bastos, François Teles, Antonio Rodrigues, Manuel Pereira, Orlando da Cruz, Vitor Lopes da Silva, Alvaro Pinto, Maria Lopes, Jose Abreu, Manuel Horta Manuel Lopes, Alfredo Massom, Antonio Bravo, Maria Bravo, Maria Sofia Leitão, Jaime Sabino, Amílcar Mercês, Antonio Souza Mendes, e muitos nomes ilegíveis.

EM PARIS

PARIS (Do Correspondente) — Nunca como este ano uma comemoração do 5 de outubro alcançou tamanha expressão.

O Comité para a Defesa das Liberdades em Portugal promoveu uma sessão comemorativa que se realizou na grande sala de Conferencias da Mairie de Ivry. Compareceram mais de 700 emigrantes, tendo a iniciativa contado com o patrocínio dos Comités de Ajuda à Luta do Povo Português existentes em Paris e na região parisiense.

As 3 horas da tarde a sala estava completamente cheia. Numa palavra de ordem a toda a largura do enorme palco lia-se: "PELA UNIDADE SEM DISCRIMINAÇÕES! POR UM MOVIMENTO DEMOCRATICO DE MASSAS! CONTRA A BURLA ELEITORAL FASCISTA! ATÉ A CONQUISTA DA LIBERDADE!"

A escritora D. Maria Lamas, que presidiu ao comício, fez uma breve intervenção, pondo com vigor em relevo a imperiosa necessidade de todos os democratas portugueses se unirem frente ao inimigo comum: o regime fascista.

Seguidamente foi concedida a palavra a Fernando Serra que ali se encontrava em representação do Dr. Ramos da Costa, ausente de França.

Entre as individualidades presentes contavam-se o dr. Coimbra Martins, professor na Sorbone; o escritor Jorge Reis; o jornalista Veiga Pereira, Tomás Rato, ex-prisioneiro político do Tarrafal; João Rodrigues, militante operário e ex-prisioneiro político do Tarrafal, e o escritor Vicente Campinas.

O operário Francisco Mendes, falando em nome dos Comités de Ajuda à Luta do Povo Português, pôs em relevo o papel da classe operária na luta pela libertação de Portugal. Referindo-se concretamente à vaga de greves e paral-



Um aspecto do almoço de confraternização realizado no Rio de Janeiro. A imagem mostra o momento em que falava o nosso companheiro Eugénio Mercês.

zações do início deste ano, afirmou: "estas grandes lutas não sómente permitiram conquistar importantes vitórias reivindicativas, mas foram também o detonador que impulsionou e deu novo vigor ao movimento democrático português, como o comprova a enorme participação dos trabalhadores no movimento democrático eleitoral." Referiu-se depois, a algumas lições que se podem tirar da Revolução de 5 de Outubro, concluindo: "Não é de costas voltadas para o Povo que se pode pensar, ou sonhar, com o triunfo da Democracia em Portugal. E com homens dispostos à mobilização do Povo, com homens dispostos a todos os sacrifícios que o Fascismo será varrido da Terra Portuguesa, para todo o sempre. E que não se pense que os operários e as massas trabalhadores se deixarão enganar. Os trabalhadores querem varrer o fascismo, porque são as suas maiores vítimas, e com ele a sua base de sustentação: os grandes agrários, os monopólios nacionais e estrangeiros." (No final do seu discurso, Francisco Mendes, foi entusiasticamente aplaudido).

D. Maria Lamas concedeu em seguida a palavra à jovem médica dr.ª Isabel do Carmo que participou nesta sessão em nome da Comissão Democrática Eleitoral de Lisboa, a cuja Comissão Política pertence.

A oradora falou sobre as condições em que se desenvolve a luta do Movimento Democrático, focando em especial este momento das "eleições" para a Assembleia Nacional. "Estamos perante um Movimento novo, trabalhando na base de métodos novos, com objectivos bem definidos e que não se limitam ao chamado período eleitoral" — afirmou.

Mais adiante, Isabel do Carmo disse: "Neste momento a C.D.E. conta em Lisboa com mais de 8 mil pessoas organizadas através de Comissões de Freguesia, sócio-profissionais, de mulheres, de jovens, de operários; enfim um amplo e vigoroso movimento de massas como até hoje não se tinha conhecido no nosso país.

Dirigindo-se, a finalizar, às centenas de trabalhadores e de democratas que a escutavam, afirmou: "A luta que travamos em Portugal é também em vosso nome, por vós a quem foi negado o direito de viver no seu próprio país, a quem foi negado o pão."

De pé, toda a assistência aplaudiu entusiasticamente Isabel do Carmo numa homenagem comovente às suas palavras e ao que ela representava nesta sessão: os democratas unidos em Portugal no combate pela Liberdade. Gritos espontâneos surgiram da assistência! Liberdade! Democracia! Viva Portugal Livre!"

Em seguida tomou a palavra o

dr. Sillas Cerqueira que, falando de improviso disse: "Democratas que noutros períodos eleitorais explicavam: com franqueza que se opunham à unidade por "razões de ordem tática", declararam-se actualmente partidários da unidade democrática. Saudamos essa evolução. Mas nesse caso há que perguntar se todos são ou se declaram partidários da unidade e se todos aceitam a Plataforma de Acção Comum adoptada em S. Pedro de Muel, porque razão surge a divisão aberta em 3 distritos e em particular em Lisboa e Pôrto? O que constatamos é que o Povo Português, não compreende e não aceita a divisão das forças democráticas e por isso nenhum político oposicionista responsável pode hoje em dia declarar que é contrário à unidade. (...) Prosseguindo o Dr. Sillas Cerqueira afirmou: "O movimento democrático eleitoral é e deve ser aberto, sem receio nem estreiteza sectária, à participação activa e voluntária de todos os democratas sem exigências descabidas de identificação política prévia. Não só por óbvias razões, mas fundamentalmente porque, no actual condicionalismo, a grande maioria dos portugueses são sobretudo democratas, sem nenhuma filiação particular. O problema de "maiorias pré-existentes", tal como tem sido levantado por alguns é um falso problema e ainda mais ao nível das largas massas. Os democratas portugueses são politicamente adultos, capazes de ouvir e de se pronunciarem em função da justeza dos pontos de vista e das opções políticas. Nenhum político oposicionista deveria ter razões reais para reccar trabalhar com as largas massas de democratas. Cada um pode procurar convencê-las e ganhá-las para os pontos de vista que considera mais justos e benéficos ao conjunto da Oposição. Todos devem estar prontos perante o Povo, a melhorar ou rectificar, eventualmente posições políticas. Há que confiar no senso político e democrático do Povo Português, tantas vezes provado". Várias vezes a assistência de pé marcou com aplausos a sua profunda adesão às idéias expressas pelo orador.

A escritora d. Maria Lamas encerrou a sessão dirigindo-se especialmente às mulheres presentes na sala para que, a exemplo do que está a acontecer hoje no país, onde se desenvolve um grande movimento de mulheres, elas adiram ao Movimento Democrático das Mulheres Portuguesas em Paris para poderem dar assim a sua contribuição na luta que é de todos — a luta por um Portugal Democrático, pacífico e independente.

Foi aprovado por aclamação um telegrama ao Presidente da Republica reclamando a Amnis-

(Cont. na pag. 9)

O Depoimento de Ruy Gomes e José Morgado

(Continuação da pág. 3)

tal mapa. Considera-se que o Homem precisa de 2.600 calorias diárias no mínimo, começando abaixo deste nível a doença, subnutrição, fome e morte. Ora, ainda segundo os números da FAO, a dieta alimentar portuguesa fornece menos de 2.200 calorias.

Limitar-se a mencionar os problemas de saúde e assistência, agro-pecuária, preços e custo de vida, etc., sem falar abertamente no problema da fome, é sofisticar tais problemas. Em qualquer país da Europa, há naturalmente problemas de saúde e assistência, agro-pecuária, preços e custo de vida, etc., mas, enquanto que aí se trata de problemas

de nível de vida em povos bem alimentados, em Portugal esses problemas são problemas de viver ou morrer, visto que Portugal está incluído no Mapa Mundial da Fome.

O Dr. Melo e Castro destaca do conjunto de problemas, como o mais importante, o problema da Educação. Não seremos nós, professores universitários há 22 anos violentamente afastados das Universidades Portuguesas, que iremos diminuir a importância fundamental do problema da Educação.

O problema da Educação é também um problema de todos os países, mesmo os economicamente mais evoluídos. Os movimentos da Juventude estudantil

em todo o mundo aí estão para o provar.

Simplesmente há uma diferença: em Portugal, o problema da Educação de massa, nesta segunda metade do século XX, quando o Homem já chegou à Lua ainda tem que ser posto ao nível de um país com grande percentagem de analfabetos, analfabetos no sentido do século XIX, quando se entendia por analfabeto o indivíduo que não sabia ler; nos outros países da Europa, o problema da Educação de massas põe-se ao nível de analfabetos do século XX, que são todos aqueles que têm somente uma instrução primária.

A agravar esta diferença, existe toda uma "filosofia do sistema corporativo", proclamada por Salazar e não repudiada por Marcelo Caetano, segundo a qual "ler, escrever e contar é suficiente para a maioria dos Portugueses".

Com esta situação de facto e esta filosofia pelo que respeita à Educação de massas, é fatal que a Educação universitária seja também de nível muito abaixo em relação aos países desenvolvidos da Europa.

Os estudantes e muitos professores universitários têm consciência desta situação, como o prova o recente movimento da Academia de Coimbra.

Mas, sempre que uns e outros vêm a público apontar os erros e vícios do sistema universitário português, encontram pela frente todo o esquema repressivo do Estado Novo, a censura, a PIDE e os Tribunais Plenários.

Limitar-se a dizer que o problema da Educação é um problema fundamental sem se referir às formas específicas que ele reveste no nosso País, sem tomar posição contra o que tem sido a perseguição da ditadura a professores e estudantes, é mais uma vez sofismar um problema básico da Sociedade Portuguesa.

O problema da liberdade, destacado muito justamente pelo Dr. Mário Soares, embora se ponha também em vários outros países, assume em Portugal uma acuidade única no mundo.

Basta lembrar que há mais de 40 anos são negadas ao Povo Português a liberdade de imprensa, a liberdade de reunião, a liberdade de formação de partidos políticos e continua em pleno funcionamento toda uma máquina repressiva assente essencialmente na censura, PIDE e tribunais Plenários.

Até mesmo aqueles organismos, onde tradicionalmente o cidadão, uma vez por outra, encontrava possibilidade de defesa dos seus direitos, mercê de uns vestígios de independência que tais organismos conservavam, estão agora completamente comprometidos com a ditadura, pronunciando-se abertamente contra os direitos e garantias do cidadão.

Assim, a Procuradoria Geral da República, "consultada" pelo governo sobre a licitude das Comissões Democráticas Eleitorais,

não sentiu repugnância em vir a público negar a legalidade dessas comissões e declarar os seus membros passíveis de perseguição penal, tudo isto em vésperas do próximo acto eleitoral.

O parecer da Procuradoria, sendo uma monstruosidade, não podia evidentemente ser apoiado em nenhum princípio geral do Direito. Havia, no entanto, que o apoiar em alguma coisa. Na impossibilidade de o apoiar na opinião de um jurista insuspeito, a Procuradoria utilizou as sebetas do senhor Marcelo Caetano.

Quer dizer, o governo, que é parte interessada, consulta a Procuradoria Geral da República e a Procuradoria Geral da República aceita responder a favor do governo e contra os cidadãos, valendo-se dos escritos do próprio chefe do governo. Mais uma vez se prova que os juristas de uma ditadura não são defensores do Direito, são fiéis servidores do esquema repressivo.

Um outro aspecto do problema da liberdade em Portugal é que ele é inseparável do problema da independência das colónias. Não se pode exigir liberdade em Portugal e, ao mesmo tempo, negar essa mesma liberdade aos povos da Guiné, Angola e Moçambique. Não atacar abertamente o regime colonial significa admitir as guerras coloniais indispensáveis à preservação desse regime e, daí, as alianças políticas e militares com os regimes racistas da África do Sul e da Rodésia indispensáveis ao prosseguimento dessas guerras e ainda as restrições às liberdades democráticas na nossa própria Pátria.

Por tudo isto, é que a luta pela liberdade em Portugal, neste momento histórico, tem de ser também uma luta pela independência dos Povos da Guiné, Angola e Moçambique.

Poderíamos continuar analisando outros problemas fundamentais da Sociedade Portuguesa, mas a análise que fizemos do problema da Educação, nível de vida e liberdade, análise, sem dúvida, muito incompleta, já mostra que a actual estrutura da Sociedade Portuguesa é o grande obstáculo à resolução desses problemas.

De facto, uma das características da Sociedade Portuguesa é o grande desnível económico entre a grande maioria que trabalha e a pequena minoria que domina. Este desnível tem sido constantemente agravado pela ditadura, diminuindo constantemente os direitos reais da população activa e aumentando constantemente os privilégios da minoria monopolista.

É claro que para manter uma situação potencialmente tão explosiva, a minoria monopolista arma-se constantemente contra o Povo, aperfeiçoando o seu aparelho repressivo.

Por isso, a luta pela liberdade em Portugal é inseparável da luta popular pela conquista do Poder.

Assim, em nossa opinião, o problema fundamental da Sociedade Portuguesa é o problema da conquista popular do Poder.

Contra a minoria que detém o Poder pela força das armas, só a UNIDADE COM O POVO pode levar os democratas à conquista do Poder.

Para isso, é absolutamente indispensável o diálogo, não das forças democráticas com os fascistas, mas das forças democráticas entre si, com vistas à sua aglutinação numa grande força popular.

O próximo acto eleitoral, a realizar em Outubro, deverá ser um

passo importante no caminho da UNIDADE COM O POVO, através a luta por candidaturas populares e facilitar o diálogo entre as forças democráticas.

As candidaturas já apresentadas no Fôrto pelos nossos Companheiros Virgínia Moura, Armando Bacelar, Armando de Castro, Papiniano Carlos, Arnaldo Maia, Joaquim Felgueiras, Alberto de Souza, Zeferino Coelho, Joaquim Hortas, José Cardoso, têm esse carácter popular e, por isso, lhes enviamos, através o Diário de Lisboa, as nossas calorosas saudações.

Apoiando as suas candidaturas, estaremos defendendo a Unidade das forças democráticas, estaremos lutando contra a estrutura económico-social que tem aguentado o fascismo, estaremos lutando pela independência das colónias, estaremos lutando contra a fome e contra a guerra, estaremos lutando pelos direitos dos trabalhadores e da Juventude, estaremos lutando pela Liberdade e pela Independência Nacional.

VIVA A REPÚBLICA!

Recife, 7 de Setembro de 1969.

aa) Ruy Luís Gomes
e José Morgado

Libertemos Palma Inácio

Começa a surtir efeito a campanha mundial contra a entrega de Palma Inácio à PIDE pelo governo espanhol. Segundo informações veiculadas pela imprensa internacional o Conselho de Ministros de Franco, em sua última reunião, não quis decidir se as acusações do governo do sr. Marcelo Caetano contra o valoroso democrata português são de "ordem política ou comum" e encaminhou o pedido de extradição da PIDE para um tribunal de Madrid.

Embora Franco se tenha negado a pôr em liberdade Palma Inácio, o facto do governo espanhol não ter tido condições para o entregar pura e simplesmente à PIDE, procedimento que as duas ditaduras ibéricas sempre adoptaram em relação aos seus adversários quando caíam nas garras das suas respectivas polícias, representa uma primeira vitória da opinião nacional e internacional e uma frágil derrota para o governo fascista de Lisboa.

Como é sabido, Palma Inácio já foi julgado, a pedido das autoridades fascistas portuguesas, por um Tribunal francês que o absolveu da acusação movida pela PIDE de ter praticado crime de delito comum por ter participado do assalto ao Banco de Portugal na Figueira da Foz. A Justiça francesa, livre e independente, negou a extradição requerida pelo governo português.

É preciso lembrar ao tribunal de Madrid o exemplo da Justiça francesa. É urgente continuar a reclamar junto de Franco e do Tribunal franquista a libertação de Palma Inácio e de Eduardo Cruzeiro, também passível de extradição logo que termine a pena a que foi condenado em Espanha.

O valente dirigente da LUAR, Palma Inácio, e o jovem desertor e anti-fascista Edu-

ardo Cruzeiro, que disse não à guerra monstruosa que o colonialismo faz contra o povo da Guiné-Bissau, não podem ser entregues à PIDE. Basta de ilegalidades e de crimes!

O 5 de OUTUBRO

(Continuação da pág. 8)

tia para todos os presos políticos e exilados.

Extractos da Moção aprovada também por aclamação:

"As centenas de democratas portugueses reunidos em Paris no 5 de Outubro saudam calorosamente o Movimento Democrático Eleitoral pela sua combatividade, coragem e coerência, pela sua orientação clara e inequívoca sobre os problemas fundamentais do Povo Português e nomeadamente o da guerra colonial, pelo seu exemplo unitário e de democratização e renovação dos métodos de trabalho e das fileiras oposicionistas pela sua profunda ligação com as massas populares".

A encerrar esta primeira parte, o dr. Silas Cerqueira fez um apelo de fundos à assistência, que correspondeu entusiasticamente, tendo sido enviados 6.000 escudos à C.D.E. de Lisboa, produto da colecta realizada.

Depois dum pequeno intervalo, seguiu-se um programa artístico que abriu com um fragmento da peça de Peter Weiss — "O canto do Fantoche Lusitano", que neste momento está em vésperas de ser estreada pela primeira vez em língua portuguesa pelo teatro Português de Paris dirigido por Benjamin Marques.

Toda a assistência de pé aplaudiu calorosamente este extracto da grande obra de arte de Peter Weiss.

Seguiu-se o cantor progressista, Mário Branco que foi também muito aplaudido, sobretudo nas suas canções de denúncia da guerra colonial. Por fim actuou o cantor popular Manuel Tomás. Todos os presentes, no final da sessão, de pé cantaram o Hino Nacional.



agência TRIÂNGULO de seguros s.a.

SEGUROS DE VIDA EM GRUPO E COLETIVOS DE ACIDENTES PESSOAIS

RUA BRAULIO GOMES 107 - 4.º andar - conjunto 42

Telefones: — 32-4882 e 37-2774

SEGUROS DE INCÊNDIO SEGUROS EM GERAL

Endereço Telegráfico: — "CAMBRONNE"

SÃO PAULO

PORTUGAL DEMOCRÁTICO

DIRETOR RESPONSÁVEL
Otávio Martins de Moura
R. DE JANEIRO: Praça Floriano, 19 - 1.º - Tel.: 22-5686

REPRESENTANTES

RECIFE: Manuel Luis Fernandes e Angelo Ferreira da Silva
R. do Hospício, 148, 1.º, Apto. 108

CURITIBA: Anton'o Serpa — Rua Dr. Murici, 712

LONDRINA: Julio Duarte — Edifício Centro Comercial — Apto. 141

PELOTAS: Heitor M. Bandeira — Rua 7 de Setembro, 312 — Pelotas — Rio Grande do Sul

INGLATERRA: Portuguese And Colonial Bulletin - 10 Pentiman Road, London, S.W. 8

BRUXELAS: Mercedes Guerreiro — Av. Scharbeek, 668 — Vilvoorde — Bruxelles — Belgique

HOLANDA: ANGOLA COMITE — Vinkenstraat — 13 Amsterdam — C.

CANADÁ: Portuguese Canadian Democratic Association 357 1/2 College St Box 153 Station B — Toronto 2 B — Ontário A. dos Santos 7405 d'Outremont Ave. — Apt. 3 Montreal 303, P.Q.

VENEZUELA: Junta Patriótica Portuguesa — Apartado 8287 — Caracas

URUGUAI: Junta Patriótica Portuguesa del Uruguay, Casilla de Correo n.º 2 128 — Distrito 5 Montevideo

CHECOSLOVAQUIA: João Ribeiro - Postovni Urad/Jindřiská UL, C. 14 Štránka 646 — Praha 1 — Tchecoslovaquia

FRANÇA: Grupo de Amigos de "Portugal Democrático" - 2 Place François Villon - Escalier E — La Courvenneuve — Seine — França

REDAÇÃO:

Rua Líbero Badaró n.º 488 — 5.º and. sala 50 — Tel.: 37-0933 Caixa Postal. 6248

Composto na Editora ESCRITOS Limitada Rua Almeida Torres, 119 — S. P.

EXPEDIENTE:

Dias úteis: das 19 às 22 horas
Sábados: das 15 às 19 horas
Número avulso NCr\$ 0,30
Assinatura anual NCr\$ 5,00

Ano XIV - N. 145 - Novembro de 1969

Os artigos assinados traduzem apenas a opinião de seus autores, sendo por conseguinte de sua exclusiva responsabilidade.

Portugueses da América Dirigem-se à O.N.U.

Numa demonstração da unidade cada vez mais forte que hoje liga entre si os núcleos da emigração democrática portuguesa nas Américas, as principais organizações antifascistas portuguesas existentes no Brasil, no Canadá, na Argentina, no Uruguai, na Venezuela e nos Estados Unidos encaminham no dia 5 de outubro ao presidente da XXIV Assembleia das Nações Unidas, embaixadora Angie Brooks, o Memorial que abaixo publicamos. O importante documento, divulgado simultaneamente em São Paulo, Rio de Janeiro, Toronto, Montreal, Montevideo, Buenos-Aires, Caracas e Nova York, obteve grande repercussão nas colunas da imprensa internacional.

O DOCUMENTO

I — A substituição do dr. Oliveira Salazar pelo sr. Marcelo Caetano na chefia do Governo português não assinou o fim do regime ditatorial implantado em Portugal a 28 de Maio de 1926. No momento em que se iniciam os trabalhos da XXIV Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, o povo português continua privado do exercício dos direitos e liberdades fundamentais constantes da Declaração Universal dos Direitos do Homem. No próprio discurso de posse que proferiu em setembro de 1968, o Sr. Marcelo Caetano acentuou que as restrições aos direitos inscritos no Art. 8.º da Constituição portuguesa seriam mantidas e alegou, como razão fundamental para essa decisão anti-democrática, o facto de o País se encontrar "em guerra". A marcha dos acontecimentos veio demonstrar, decorrido um ano, que o povo português continua impedido de debater livremente o envolvimento da Nação na guerra colonial e de manifestar perante as Assembleias Internacionais o seu repúdio pela política de genocídio praticada em África, em seu nome, desde 1961.

II — A oposição do povo à guerra colonial cresceu amplamente no último ano. A imprensa internacional tem publicado minuciosos relatos de numerosas manifestações operárias e estudantis contra as guerras africanas. Aliás, infringindo todas as proibições oficiais, os participantes do Congresso Republicano de Aveiro e os democratas que vêm denunciando a farsa eleitoral marcada pelo governo para 26 de outubro deixaram claro que o país jamais foi consultado sobre a questão colonial e estão insistindo nos seus protestos contra a proibição do seu debate público através da Televisão, do Rádio e da Imprensa.

III — Em declarações à imprensa internacional, o Sr. Marcelo Caetano referiu que os efetivos militares portugueses em África ascendem presentemente a mais de ... 130.000 homens. Esse número no entanto, fica bastante aquém da realidade. Só na pequena Guiné, com os últimos reforços, o exército português de ocupação conta presentemente com 40.000 homens. Acrescentando a esses soldados as tropas de ocupação de Angola, Moçambique, Cabo Verde, São Tomé e o exército metropolitano, obtém-se um total de 200.000 homens — só para as forças de terra — o que confere a Portugal o segundo índice de militarização em todo o mundo. Durante a sua visita às três principais colónias africanas, o sr. Caetano reafirmou todos os pontos essenciais da política colonialista de seu antecessor. Por outro lado, a aliança entre os gover-

nos de Lisboa, Pretória e Salisbury é hoje mais sólida e íntima do que há um ano, existindo uma crescente interdependência política, económica e militar entre os três parceiros dessa aliança monstruosa, concebida para perpetuar "o bastião branco" da África Austral e afogar em sangue os anseios de liberdade de quase 30 milhões de africanos. É no âmbito dessa política que a presença no Zambeze de destacamentos militares da África do Sul já foi assinalada, assim como a intervenção da Força Aérea Sul-Africana no sudeste angolano. E é também no desdobramento lógico dessa política que a guerra colonial assume uma feição dia a dia mais cruel em Angola, em Moçambique, na Guiné e ultimamente em Cabo Verde, onde um levante camponês desencadeou uma repressão sangrenta. O Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde tem apresentado a esse respeito uma documentação irrefutável sobre os crimes de guerra cometidos após a posse do sr. Caetano, sendo de salientar que provas sobre bombardeamentos de populações civis com napalm e fóforo branco têm sido remetidas à Comissão Especial das Nações Unidas que se ocupa de estudar a situação concernente à aplicação da Declaração sobre a outorga da Independência aos países e povos coloniais. Simultaneamente, as recentes declarações feitas em Argel à imprensa internacional por desertores do exército português confirmam a responsabilidade do alto comando português na prática de crimes contra a humanidade tão bárbaros como aqueles cujos autores foram julgados e condenados pelo tribunal de Nuremberg.

IV — Desrespeitando as resoluções do Conselho de Segurança de 31 de Julho e de 12 de Dezembro de 1963 e a Resolução da Assembleia Geral de 21 de Dezembro de 1965, vários governos continuam sustentando a escalada de guerra do governo do sr. Marcelo Caetano e, de modo particular, o da República Federal Alemã.

V — Ante os fatos expostos e considerando que o governo português continua desenvolvendo em África, de modo sistemático, uma política que representa uma ameaça à Paz Mundial — como o prova a última agressão armada contra a República de Zâmbia, condenada pelo Conselho de Segurança em 28 de Julho p.p. — os signatários, democratas portugueses, radicados no continente americano — no qual vivem dois milhões de portugueses — renovam o seu apoio às Resoluções do Conselho de Segurança e da Assembleia Geral que condenaram o colonialismo e pediram a autodeterminação e a independência dos terri-

tórios que Portugal administra em África. E, para que os altos objetivos em vista sejam atingidos sugerem:

a) Que a Assembleia Geral, como primeiro passo para o restabelecimento da paz em Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e Cabo Verde, exija do Governo do sr. Marcelo Caetano a imediata retirada dos exércitos de ocupação que ali mantém;

b) Que a Assembleia Geral condene a sustentação económica e militar que a República Federal Alemã e outros países continuam dispensando ao governo de Lisboa, infringindo Resoluções do Conselho de Segurança e dessa Assembleia;

c) Que a Assembleia Geral adote as medidas necessárias, de acordo com resoluções aprovadas em anos anteriores, para que sejam aplicadas sanções ao governo do sr. Marcelo Caetano, em consequência da sua recusa em conceder a independência às nações africanas que vem oprimindo, cometendo contra elas o crime de genocídio.

5 de Outubro de 1969.

aa) Ruy Luis Gomes, Professor Catedrático e ex-candidato à Presidência da República.

Pelos DEMOCRATAS PORTUGUESES DO RIO DE JANEIRO: Francisco de Oliveira Pio, oficial do exército; Manuel Pedroso Marques, Oficial do exército; Francisco Vidal, jornalista; José da Costa Bastos, operário; João Luis Correia, comerciante; Roberto das Neves, escritor e editor; Antonio Souza Mendes, pintor; Jaime Sabino, guardalivros; Antonio José Bravo, comerciante; José Maria de Oliveira Pinto, estudante; Maria Luiza Bravo, doméstica; Eugenio Mercês, comerciante; Antonio Teles, jornalista; Amândio da Silva, industrial; Amílcar Mercês, comerciante; Carlos de Almeida, alfaiate; José Valverde, industrial; Manuel Lourenço Neto, industrial e Alfredo Masson, agente técnico de Engenharia.

Pelos DEMOCRATAS PORTUGUESES DE SÃO PAULO: Joaquim Barradas de Carvalho, professor universitário; Manuel Moura, técnico industrial; Miguel Urbano Rodrigues, jornalista; Vitor Ramos, professor universitário; Augusto Aragão, auditor; Helder Costa, securitário; José Mário Bodas, operário; Joaquim Quitério, contabilista; Manuel Myre Dores, engenheiro; Humberto Silva, operário; Joaquim José, industrial; Maria Antonia Fiadeiro, estudante; Abílio Rodrigues da Silva, livreiro; Fidelino Galvão de Figueiredo, estudante; Adolfo Casais Monteiro, prof. universitário.

Pelos DEMOCRATAS PORTUGUESES DO RECIFE: José Morgado, professor universitário e Angelo Ferreira da Silva, comerciante.

Pelos DEMOCRATAS PORTUGUESES DOS ESTADOS UNIDOS: Francisco Aleixo, Ana Melo, Sérgio Melo e Margarida Aleixo.

Pelos DEMOCRATAS PORTUGUESES DA ARGENTINA: Antonio Aniceto Monteiro, professor universitário; José de Jesus Pina.

Pela JUNTA PATRIÓTICA PORTUGUESA DO URUGUAY: Joaquim Lopes Mendes, Aurélio Martins, Joaquim Aires, Agostinho Varandas, A-

da Vieira, Julio Cesar Mendes, Alba Peres Apólito, e Ada de Fermin.

Pela PORTUGUESE CANADIAN DEMOCRATIC ASSOCIATION (Toronto): José Perdigão; Manuel Sanches; Henrique Neves; Jaime Monteiro; José Henriques; Didimo Godinho; Joaquim Costa; António Rodrigues; Tony Godinho; Walter Gago; António Sousa; Manuel Costa; José Monteiro; José Godinho; Ricardo Felix; José Vieira; José Fadista; Maria Vitória Gago; Domingos Costa Gomes; Walter Perdigão; Estevão Gago; Francisco Pinto; Eurico Delgado; Fernanda Godinho; Mario Andrade; Iolanda V. Henriques; José António; Maria Costa; Maria Benedito; Maria Perdigão; Maria Filomena Costa; Almerinda Godinho; Barbara M. Lino; Júlio Rosado; Madalena Lino Sanches; José Borges; Alberto Dias; Maria Francisca Costa.

Pelo MOVIMENTO DEMOCRÁTICO PORTUGUÊS DO CANADÁ (Montreal): Alberto Martins, Carmen Silveira, António Samuel, António Simões, Maria da Conceição Simões, Ana Maria Silva, Gil Simões,

Magda Viana, Rui Viana, José Ferreira, Maria de Lourdes Viana, Jorge Moura, António Santos, Antonio Saraiva Serrento, Francisco da Conceição dos Santos, Joana Martins, Henrique Domingos, José Lopes, Joaquim Souza, Manuel Domingos, Francisco Mário de Oliveira, Carlos Silva, Amadeu Moura, Manuel Marques Santos, Cunha Viana, Manuel Maria da Silva Jr., João Serpa, Silva Santos, António Assunção, Maria Helena de Souza, A. Bartolomeu, Zulmira Ferreira, Amélio dos Santos, Amélia dos Santos, Deolinda, Souza, Maria Natália Silva, Maria Odete Moura, Renato Silva, Joaquim Lourinho, Custódio Carrusa, Joaquim Amorim, Abílio Neves, Maria Oliveira Pedroso, José Nunes, José António, Francisco Paulo, João Pina Laires, Tomás Saldanha, Carlos Saldanha, Bruna Viana, José Mateus e Luis Barbosa.

Pela JUNTA PATRIÓTICA PORTUGUESA DA VENEZUELA: A. Martins, João Lopes, Martinho Silva, Rubem de Souza, Fernando Natividade, Antonio Gomes da Silva e José da Costa Lopes.

Solidariedade da U. D. P ao Governo e povo Suecos

Publicamos abaixo a carta enviada no dia 14 de outubro ao embaixador da Suécia no Rio de Janeiro pela Comissão Executiva da Unidade Democrática Portuguesa a propósito da campanha fascista contra o governo e o povo suecos a que se refere o editorial que publicamos na página 3.

Excelentíssimo Senhor
Embaixador da Suécia
Rio de Janeiro
Excelência:

Os democratas portugueses vêm acompanhando de longa data a posição do governo e da opinião pública suecos contra as guerras coloniais sustentadas em África pelo governo português. Foi, assim, com viva satisfação que tomamos conhecimento da reafirmação feita perante o Congresso do Partido Social-Democrata Sueco por S. Exa. o ministro das Relações Exteriores, sr. Torsten Nilson, de que "a Suécia apoia tanto política como economicamente os movimentos de libertação nos territórios ocupados por Portugal em África".

Os democratas portugueses sempre consideraram os patriotas africanos em luta pela independência dos seus países como aliados naturais do povo português, o qual é, como eles, vítima de uma política colonialista e militarista que apenas interessa ao fascismo e aos monopólios estrangeiros e nacionais, que são os verdadeiros donos das colónias. Nesta conformidade, só podemos regozijar-nos com a decisão do governo de Estocolmo de conceder ao Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (P. A. I. G. C.) uma ajuda material que vem confirmar os sentimentos de solidariedade do povo sueco para com a pequena e heróica Guiné-Bissau em luta pela sua libertação.

O governo do sr. Marcelo Caetano desenvolve neste momento uma grande campanha, nos moldes clássicos do

fascismo, com o objetivo de fazer crer que o nobre gesto da Suécia despertou indignação em Portugal. Pode V. Exa. estar certo de que se verifica precisamente o contrário. O Memorial cuja cópia remetemos a V. Exa. foi há poucos dias encaminhado ao Presidente da XXIV Assembleia Geral das Nações Unidas e, tanto pelo seu teor como pela representatividade daqueles que o assinam, constitui uma prova expressiva da repulsa da Nação portuguesa pelo colonialismo.

No momento em que o sr. Marcelo Caetano e as Embaixadas portuguesas promovem uma campanha de calúnias contra o povo sueco e os seus governantes, cumprimos um dever solicitando de V. Exa. se digne enviar o documento anexo a S. Exa. o ministro Torsten Nilson e transmitir-lhe a gratidão dos democratas portugueses agrupados em torno desta entidade pela corajosa e digna posição assumida no tocante às guerras coloniais de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique.

Com os protestos da nossa elevada consideração, apresentamos a V. Exa. os nossos melhores cumprimentos.

A Comissão Executiva da Unidade Democrática Portuguesa.